

# Imagens da emigração oitocentista na correspondência enviada ao Brasil

Henrique Fernandes Rodrigues\*

## Resumo

As cartas escritas pelos emigrantes constituem um universo documental de acesso muito restrito porque, além de serem documentos do foro privado, não se conhecem espólios disponíveis para análise, nem investigação sobre essa problemática que liga o Brasil a Portugal. Assim, o estudo da emigração portuguesa, no século XIX, a partir da correspondência enviada do país de desembarque, é uma tarefa difícil de se realizar. As cartas por nós inventariadas referentes aos processos de passaportes, são dispositivos comunicacionais usados como prova documental sobre a mobilidade de um membro do núcleo familiar. Como documento único, permitem-nos retratar as imagens dos ambientes privados e domésticos. Mas, quando analisadas como um corpo documental, temos uma visão sobre emigração e os seus atores, os que partiram e os que ficaram na aldeia.

**Palavras-chave:** Correspondência; Emigração; Família; Portugal; Brasil.

## As fontes

Ao longo de duas dezenas de anos de investigação centrada nas migrações do noroeste de Portugal, percorremos um vastíssimo universo de documentos e de fontes oitocentistas, conservadas no Arquivo do governo civil de Viana do Castelo – AGV – . Rapidamente, apercebemo-nos do quão importante eram os acervos de carácter processual reunidos no – AGV –, onde manuseamos cerca de cem mil certidões que autenticavam as informações prestadas por quem desejava ausentar-se legalmente do país.

Esses acervos começaram a ser reunidos após a criação dos governos civis, em 1835. Quem desejava emigrar era obrigado a organizar um conjunto de documentos exigidos para a emissão do passaporte. O requerimento apresentado ao Governador

---

\* Doutor em História Moderna e Contemporânea pela Universidade do Porto. Professor do Instituto Politécnico de Viana Castelo (IPVC).

Civil era acompanhado por uma Certidão de Batismo, para prova de identificação, filiação e data de nascimento do emigrante, e de um Alvará de Culpas, certidão equivalente ao registo criminal dos nossos dias. Esses atestados constituem a base da documentação processual, à qual se associava uma Autorização, quando se tratava de elementos do sexo feminino, menores de 25 anos, casados e casos de amparo a viúvas para apoio afectivo e económico. Através da autorização, declarava-se que o peticionário obtivera a devida anuência para sair de casa. Tratando-se de casados ou de viúvos, dever-se-ia fazer prova do estado civil através das respectivas certidões de casamento ou de óbito. O certificado militar ou a *Ressalva Militar* era outro documento exigido a quem tinha mais de 14 anos – antes de 1859, a faixa excluía da fiança os menores de 18 anos. Essas certidões eram emitidas sob a responsabilidade da Junta de Paróquia, do Concelho Administrativo ou da Junta de Recrutamento Militar. Os jovens do sexo masculino maiores de catorze anos deviam apresentar fiança militar, obrigando-se a cumprir o serviço militar, a darem um substituto ou a custearem esse serviço, caso fossem sorteados.

Os emigrantes procedentes de um município que não fosse aquele em que estava sediado o Governo Civil, para efetuarem a deslocação, tinham de se munir de um passaporte interno, peça existente nestes processos, extinta em 1863. Todo este acervo constituía um corpo processual que ficava arquivado no respectivo Governo Civil. Outros documentos, considerados necessários para que o requerente obtivesse a licença, eram os bilhetes de recomendação, as abonações, os cartões de visitas, as relações de enxovais e as cartas escritas do local de destino. No caso de refluxos e do segundo ou de mais embarques, era anexada a primeira licença ou o passaporte de regresso emitido no Brasil, quando exibidos como prova de que a pessoa já detinha o estatuto de emigrante. Entre esses *corpus*, inventariámos passaportes internos, passaportes requeridos em vários governos civis de Portugal, nos consulados portugueses do Rio de Janeiro, do Pará e de Santos e em muitos outros estados brasileiros, licenças de residência passadas no Brasil, dezenas de milhares de processos arquivados em Viana do Castelo. Estamos perante um microcosmos documental ímpar com potencialidades para a análise das dinâmicas sociais, familiares e culturais, um volume homogêneo representativo da diáspora oitocentista, paradigmático da emigração do Norte de Portugal.

Os epistolários existentes em alguns acervos dos governos civis não se encontram disponíveis na forma de maço e nem estão inventariados, o que dificulta o estudo longitudinal da fonte. A pesquisa destas fontes é morosa, porque nunca se sabe

onde encontrar tais documentos. Para acedermos às missivas, é necessário localizar e identificar cada uma das peças que jazem empoeiradas no seio de centenas de milhares de certidões processuais que foram organizadas para a aquisição das licenças de embarque.

A fonte põe-nos perante problemas de interpretação, avaliação e representatividade, mas nos colocam em contacto com redes microssociais de âmbito familiar e de vizinhança (SEIXAS, 2005). A análise isolada de cada carta permite um registo sobre a família, não proporciona a reconstrução dos cenários migratórios oitocentistas, porém, evidencia a fronteira entre o escrito e o lido, o confidencial e o divulgado. Mas, ao circularem do Brasil para Portugal, uniram-se e, ao mesmo tempo, alargaram-se os espaços de sociabilidade, sendo algumas ditadas para o papel e outras lidas e ouvidas pelos parentes, amigos, vizinhos e carteiros, de acordo com os níveis de literacia de cada ator.

Foi a partir da pesquisa em várias dezenas de milhares de processos que estudamos o epistolário escrito no Brasil e enviado para Portugal. Entre a gigantesca massa destes *papéis* existentes em Viana do Castelo, encontra-se um número de cartas por contabilizar, das quais inventariámos duas centenas e meia. Essas missivas, depois de chegarem ao destinatário, serviram para provar como o chefe de família estava impossibilitado de assinar a autorização de saída da esposa, dos filhos ou de outros tutorados, porque se encontrava no Brasil, terra para onde os impetrantes desejavam embarcar.

A nossa pesquisa alargou-se a arquivos particulares, o que nos permitiu a organização de um espólio com várias dezenas de documentos da autoria de emigrantes de sucesso, alguns com marcas deixadas na cultura brasileira, como o Visconde Amoroso Lima<sup>1</sup> e seu neto, Tristão de Ataíde. A documentação de arquivos familiares, além de não estar tratada de acordo com as normas da arquivística, dificilmente se encontra disponível<sup>2</sup> e, muitas vezes, foi destruída sem ter sido objeto de análise e de

---

<sup>1</sup> Conseguimos reunir várias cartas deste emigrante e de sua esposa, além de outros emigrantes do Minho.

<sup>2</sup> Chegou às nossas mãos parte do espólio de emigrantes, através do Ilmo Padre Manuel Dias, o que nos permitiu acesso a um conjunto de cartas e a vários maços de recibos. As missivas, num total de mais de meia centena, foram dirigidas a dois emigrantes, António José Cerqueira, casado com uma irmã de José Augusto Palhares Malafaia, e a este vianense. Se não tivesse sido a intuição do Padre Manuel Dias, todo este espólio documental seria encaminhado para outras mãos, que o teriam comercializado e, de acordo com a sina, as cartas seriam separadas ou, como aconteceu noutros casos, acabariam por ser destruídas.

estudo.<sup>3</sup> Dessa forma, reunimos um epistolário privado, escrito ao longo de oitocentos no Brasil e endereçado para Viana do Castelo, o qual esperamos publicar brevemente.

## **Introdução**

As cartas dos emigrantes, como documentos únicos,<sup>4</sup> são os elos de comunicação escrita entre duas margens do Atlântico, que ligam os patrícios fixados no Brasil e os parentes e amigos que permanecem em Portugal. Pensadas e gizadas com a finalidade de estreitar os laços afectivos e de responder a problemas familiares, pessoais e profissionais, são um registo escrito da saudade que emana da diáspora. Nesses *corpus* documentais, fixaram-se imagens de relações sócio-familiares, de domesticidade e de momentos difíceis de quem embarcou mas, também, dos que permaneceram na terra de partida.

A correspondência preserva quadros carregados de simbolismo e regista sentimentos, angústias e nostalgias. Trata-se de escritas populares, com testemunhos de uma autenticidade e genuidade ímpares, para circulação no âmbito da esfera privada. Algumas foram transformadas em documentos formais, com assinaturas reconhecidas por notários, com a finalidade de serem exibidas pela esposa ou por outros membros da família no ato de obtenção do passaporte. Por essa via passaram para o domínio público, assumindo o estatuto de autorizações que os maridos e/ou os pais deviam conceder às esposas ou aos filhos (RODRIGUES, 1995), de acordo com a lei.

Por serem, quase sempre, mensagens destinadas à esposa, onde se cruzam temáticas do universo familiar, algumas mulheres optaram por não expor à crítica social e aos olhares oficiais a totalidade do conteúdo, evitando a devassa da intimidade. Tal

---

<sup>3</sup> Fizemos uma abordagem exploratória junto de vários proprietários de habitações construídas por emigrantes brasileiros e o pouco que foi possível apurar não permitiu uma análise digna de figurar neste estudo, já que alguns herdeiros queimaram os papéis velhos, quando as habitações entraram em obras, tornando impossível qualquer estudo dos corpos epistolares. Em Ponte de Lima, Caminha e Melgaço, vários alunos da Escola Superior de Educação de Viana do Castelo, em 1994, conseguiram localizar alguns fundos manuscritos, com destaque para plantas dos edifícios e livros de empréstimos, documentos de compra de bens, certidões baptismo e óbito, cartas e até passaportes. Tais fontes ilustram casos isolados, que não serão utilizadas neste trabalho. Recentemente, a Dr<sup>a</sup> Maria José Gonçalves da Cunha M. Silva, à data em que frequentava o Curso de Complemento de Formação, ofereceu-nos uma Apólice da Dívida Pública da República dos Estados Unidos do Brasil, com o n. 30616, no valor de um conto de réis, deixada por emigrante aos herdeiros. Certamente, ainda podem ser recuperados arquivos privados, trabalho a merecer uma sensibilização de âmbito alargado e com apoio das autarquias.

<sup>4</sup> As cartas sobre imigração alemã, publicadas na imprensa do Rio de Janeiro entre 1852 e 1853 mostraram uma faceta cor-de-rosa e funcionam como um modelo de atração pela propaganda, através de imagens incentivadoras. Esse grupo de nove missivas foi estudado por Alves (2003, p.155-184). Ver ainda Santos (2000).

opção deu origem a cartas truncadas, riscadas, mutiladas, recortadas e fragmentadas, com o objectivo de esconder trechos do discurso ou conteúdos comprometedores da vida pessoal, evitando-se leituras furtivas. Outras mulheres recorreram a cópias autenticadas de epístolas, apresentando-as para provar a permanência do marido no Brasil, conservando o original na posse do receptor.

As cartas, gizadas quase sempre pela mão do emigrante, proporcionam uma viagem à domesticidade, aos problemas, dramas, conflitos e vivências do grupo e a outras preocupações da vida no lar. Permitem-nos ver o que não se encontra nas fontes seriais, fixando novas representações sobre esta problemática e desfazendo os chavões sem fundamento científico que ainda povoam a literatura sobre a diáspora portuguesa oitocentista. O espólio exhibe um leque multifacetado de temáticas para abordagens aos contextos sócio-familiares. Podemos penetrar no domínio dos sentimentos, conhecer as estratégias dos cônjuges, observar o quadro dos afectos e compreender a trama que sustentava as dinâmicas de sociabilidade entre os membros da família. Porque esses *corpus* documentais são quase inexistentes para a época de oitocentos, transcrevemos partes de algumas “carta de chamada”,<sup>5</sup> de gente comum, envolvida no processo migratório.

A correspondência era um meio de contacto escrito usado por todos os estratos sociais. Os analfabetos também valeram-se desse meio de comunicação de massas, servindo-se de colegas e de amigos mais afeiçoados ao uso do abecedário. Alguns escribas eram conterrâneos escolarizados e outros companheiros da diáspora. Quando o homem era iletrado, percebem-se as angústias, o melindre e o pudor da partilha oral dos sentimentos ou dos assuntos particulares com o escrivão e o leitor, porque eram partilhados assuntos do foro pessoal e da privacidade devassada. Várias vezes, encontrámos alusões ao conteúdo que uma das partes grafou ou mandou redigir contra a vontade da outra – esposa ou marido –, dando a conhecer a outros actores aspectos íntimos da vida dos cônjuges.

Algumas epístolas em estudo, classificadas como espólios de natureza reservada, fazem menção a problemas de fidelidade e abordam assuntos confidenciais e de saúde.

---

<sup>5</sup> Como veremos, não se trata de verdadeiras “cartas de chamada”, pois muitas dessas correspondências foram usadas passados vários meses ou anos e nem sempre o homem solicitava à mulher a ida ao Brasil. Alguns emigrantes manifestaram-se contra a vontade das esposas, que pretendiam atravessar o Atlântico e reagrupar a família. Várias epístolas foram taxadas e as assinaturas dos remetentes reconhecidas por tabeliães, para servirem como documentos oficiais; outras mantêm selos de correio com o sobrescrito devidamente endereçado. Nelas encontramos carimbos de saída do Brasil, entrada em Portugal e de chegada aos correios do Noroeste de Portugal, o que nos permite analisar a celeridade da circulação dessas mensagens.

Os pormenores da vida do emigrante, os problemas vividos na ausência do cônjuge, as preocupações descritas pela mulher, que tinha sobre os ombros as incumbências da casa, a assunção de responsabilidades até então geridas no masculino e mesmo a censura dos comportamentos, quer da parte do homem ou da parte da mulher, emergem dessas escritas familiares e demonstram que foram gizadas para circular entre a família.

Aqui também aparecem as intromissões de parentes, que recebem correspondência no mesmo sobrescrito e num único suporte de escrita, uma carta com notícias para dois destinatários. Uma página para a esposa e outra para o pai, no mesmo envelope, proporcionava o acesso às confidências, porque vários receptores se apropriavam dos conteúdos de ambas as mensagens, lidas por um ou outro destinatário.

Não encontramos cartas usadas por pessoas sem vínculos de consanguinidade, por isso a fonte nos presenteia com quadros do foro doméstico, onde aparecem emigrantes unidos por fortes laços de parentesco, quer sejam fraternos, quer se trate de ascendentes ou de descendentes que se comunicavam mutuamente e com bastante frequência.

O espólio analisado tem uma acentuada marca da escrita masculina e dela emergem pormenores de representações e de imaginários femininos, figurando indiretamente e através de algumas anotações recapituladas pelos homens. Os anseios das esposas não nos chegam em primeira pessoa, mas pela mão dos próprios maridos, ao referir-se às mensagens enviadas para o Brasil. Através desses documentos, é possível descrever imagens da vida privada, da família, da mulher, do quotidiano e que está reservado para conhecimento pessoal e íntimo, aspectos que não têm sido objecto de análise no contexto migratório oitocentista e permitem abordagens qualitativas de valor assinalável para o conhecimento dos agentes migratórios.

As mensagens nos revelam, ainda, um universo de comportamentos, de preocupações,<sup>6</sup> de vivências, de sentimentos e da mentalidade oitocentista. Eles são o fio condutor para a área mais silenciosa da vida privada, onde o calvário provocado pelo afastamento do homem aparece bem sublinhado e o suplício da espera é muito vincado. Mas a alusão ao correio que não chegava ao destino, missivas violadas por familiares, outras não recebidas e o anseio constante de novidades denunciam a apreensão e o tormento de quem desejava estreitar as pontes de contacto com a família.

---

<sup>6</sup> As preocupações dos maridos estão patenteadas a vários níveis, como: exigir a presença da esposa, para reorganizarem o lar, dar instruções para a viagem, recomendar estratégias de economia familiar, solucionar questões de educação das crianças que ficam com parentes, resolver problemas com as dívidas decorrentes dos empréstimos e a venda de propriedades, entre outros problemas de âmbito doméstico.

Neste trabalho, centraremos a nossa abordagem na correspondência que se encontra inserida nos processos cartas que foram arquivadas como prova documental de que os maridos/pais não se encontravam presentes para consentirem o embarque de esposas e/ou filhos menores.



Mapa 1: Distrito de Viana do Castelo



Mapa 2: Concelhos do norte de Portugal

### Cartas de emigração

A família, separada pelo Atlântico, necessitava de manter a identidade grupal, recorrendo à correspondência permanente (BLAS, 2004). O reforço dos laços obrigava a um diálogo constante, como garantia da manutenção de vínculos conjugais, de afectos e do reforço da domesticidade. O desenvolvimento das vias de comunicação, como as estradas de macadame, os caminhos-de-ferro e os vapores intercontinentais, facilitava e acelerava a difusão do escrito. Na segunda metade de oitocentos, os movimentos migratórios promoveram a circulação de milhões de epístolas por todo o mundo.

O contacto por cartas pelo abecedário, através do qual se ligavam pais e filhos, parentes e amigos ou colegas, não é facilmente visível, devido à vulnerabilidade desse tipo de fontes. Além do mais, raramente temos acesso a espólios dessa natureza, porque são de carácter privado e, além de raros, constituem *corpus* de dimensão reduzida (SEIXAS, 2005). Podemos configurar representações, estudar episódios familiares ou



analisar casos isolados, com recurso à documentação ainda existente em arquivos particulares, todavia é importante o estudo de epistolários com origens e destinatários diversificados, cobrindo um amplo universo de casos, para análise vertical e longitudinal desse universo multifacetado.

O núcleo doméstico, a parentela, os vizinhos e toda a paróquia difundiam, através dessas frágeis pontes, os atos vitais, os nascimentos, as mortes, os casamentos, as doenças, os sucessos, os infortúnios, a dinâmica do lar, o sucesso das colheitas, o estado dos bens, os acontecimentos públicos e as vivências privadas. Era importante manter o contacto com o marido, os filhos, os cônjuges e os amigos, pessoas com quem se partilhavam as cumplicidades da vida e das vivências, fazendo circular as novidades.

As epístolas tecem compromissos entre o individual e o social. Muitas vezes escritas sem espontaneidade, elas percorrem e limitam um espaço, unindo a família e acelerando as decisões do grupo (PERROT, 1990). Eram partilhadas em círculos restritos, através da escrita e da leitura pública, mesmo quando as mensagens foram endereçadas a indivíduos não alfabetizados, através dos préstimos de alguém habilitado para gizar ou decifrar o abecedário, com apoio de outros emigrantes.

Apreender as inquietações de quem deixou os círculos de sociabilidade, os descendentes e a esposa, descobrir as preocupações financeiras com que lutavam, sentir o pulsar dos problemas afectivos originados pela separação dos cônjuges, desenhar os cenários da viagem desde a saída da paróquia até à chegada ao destino, observar os movimentos e os preparativos do embarque, durante o século XIX, não é tarefa fácil para o historiador, nem pode ser feita com impressionismos.

A correspondência da terra de acolhimento, muitas vezes endereçada sob o efeito da saudade, sem formalismos administrativos e com fins que se prendem com necessidades domésticas, faz emergir o microcosmos dos relacionamentos, de onde ressaltam aspectos sócio-culturais, preocupações familiares, sentimentos, projetos de vida. As cartas são, acima de tudo, um instrumento de trabalho importante para conhecermos a outra face e a trama dos embarques, além das representações do feminino registadas pela escrita masculina.

Através desses contactos percebemos a importância dos apoios financeiros, do envio de mesadas pecuniárias<sup>7</sup> para suprir as dificuldades económicas de quem

---

<sup>7</sup> Há vários documentos em que onde é feita menção a verbas aos parentes, como acontece na carta de Mariana Augusta Pereira de Oliveira e Sá, datada de 20 de Dezembro de 1872, endereçada a António José Cerqueira. Este emigrante, classificado como capitalista, presenteava a mãe com 18\$000 réis por

permaneceu na terra de origem (SILVA, 1998), ou dos que ameaçavam com a separação definitiva, por a esposa não responder aos apelos do marido. O epistolário proporciona um leque alargado de opções de perspectivas de análise, imbricando os campos da antropologia, da sociologia, da história, da família e da etnologia. Também podemos descobrir os momentos da escrita, os períodos de comunicação, a sazonalidade das mensagens, o imaginário da viagem, os aspectos de cultura e de moda, da forma de vestir, a preparação do embarque da mulher, os conceitos de instrução, a importância da escolarização, a educação dos filhos, os afectos e as atitudes perante a infância, os comportamentos das senhoras e dos emigrantes, os valores morais, o aparato, o luxo, o adorno, o decoro e a boa figura que as senhoras deviam ostentar, a cortesia, a instrução, os bens materiais que os emigrantes possuíam, enfim, toda uma série de abordagens donde emerge a família nuclear e mesmo a presença de parentes mais próximos, envolvendo micro e macro espaços sociais. No conjunto, as cartas da emigração constituem uma película com as vivências em redor da partida e da chegada e de quem ficou a gerir os bens e embarcou, numa segunda fase, com os restantes membros da casa.

### **As ânsias da escrita**

O desejo de comunicar os afectos, os problemas, as vivências, as preocupações e as privações suportadas pelo homem levam o emigrante a ortografar após do trabalho, a noite, sempre motivado pela vontade de um contacto célere com a esposa, de transmissão de gestos de ternura e de carinho, mas também para a assunção de compromissos de fidelidade,<sup>8</sup> mantendo vivas as memórias familiares. Ao dedicarem a noite à escrita, os homens encontram, nesses períodos de solidão, os momentos mais propícios para inculcar e para testemunhar os vínculos mentais de afecto com a mulher e com os filhos. Desejavam manter acesa a chama do sacramento matrimonial e justificavam as letras menos pormenorizadas, por não poderem demorar muito tempo na

---

trimestre. Esta forma de apoio concedido aos ascendentes também aparece descrita por Murillo (1999, p.31) e Rodrigues (2003, documentos 1 e 2). O envio de mesadas, pensões, esmolos, presentes remetidos às famílias, aos parentes e aos amigos, quer em numerário, quer em géneros, devem ter orçado entre 2000 e 3000 contos, por isso “pululam no Brasil as agências de bancos, vivendo, quase exclusivamente, dos saques”. (MARTINS, 1956, p.250)

<sup>8</sup> “É sempre com a maior satisfação que pego na pena para te dar notícias minhas e acusar a recepção da tua estimadíssima carta de 3 de Novembro [...] Se não cancelo-a, (sic) nem quanto papel haja e são uma e meia da noite.” Processo do Passaporte n. 37, datado de 18 de Abril de 1886.

escrita. Mas eles reclamavam das mulheres a transmissão de todo o tipo de novidades da terra, queriam saber como evoluía a aprendizagem dos filhos na escola, perguntavam pelos amigos e por toda a vizinhança. Estavam ávidos de informação sobre tudo o que acontecia na vida da paróquia. As consortes não deviam limitar o número de folhas por carta<sup>9</sup> porque os maridos pretendiam estar bem esclarecidos sobre a casa, a educação dos descendentes, a saúde dos parentes, além dos haveres, das produções agrícolas e ainda, dos amigos<sup>10</sup> e de toda a freguesia de onde partiram, mantendo-se inteirados de tudo, inclusive das notícias que circulavam na imprensa regional.<sup>11</sup>

Se o momento para comunicar com os mais queridos e com os membros do lar ocorriam após as actividades profissionais diárias, ao serão, outros garatujavam as epístolas quando se aproximava a hora da partida do barco.<sup>12</sup> Assim, as letras chegavam rapidamente e mais “frescas” à mão e ao imaginário do receptor.

A mensagem, com as carreiras regulares de vapores demorava menos de três semanas a atravessar o Atlântico, desde o emissor ao destinatário, como o confirmam os próprios maridos na correspondência e o provam os carimbos existentes nos sobrescritos.<sup>13</sup> Tomemos o exemplo de uma carta elaborada em cinco de Novembro, posta no vapor do próprio dia, no Rio de Janeiro, que chegou a Lisboa a vinte e três do mesmo mês. Um outro timbre marca a entrada nos correios de Paredes de Coura, em 25 de Novembro de 1897. O tempo gasto, desde o momento em que foi registada a data da mensagem até chegar a Portugal, foi de dezoito dias.<sup>14</sup> Após a chegada do barco a Lisboa, foram necessários duas jornadas para se atingir o coração do Alto-Minho, uma das aldeias mais recônditas da região, o que perfaz menos de três semanas entre a data

---

<sup>9</sup> “A carta que escreveres conta-me tudo, ainda [que] sejam duas folhas de papel cheias [...] Eu escrevo de noite, por isso não posso demorar muito”. Processo do Passaporte n. 446, concedido em 15 de Setembro de 1894.

<sup>10</sup> Veja-se, a título de exemplo, Rodrigues 2003 (documentos números 62, 114, 173 e 177).

<sup>11</sup> Os jornais eram muito desejados pelos emigrantes, como algumas cartas o documentam, pois a imprensa, como hoje, era o melhor meio de divulgação das notícias no Brasil. Em 1854 foi publicado o primeiro jornal, *A Razão*, em Valença e, em 15 de Dezembro de 1855, *A Aurora do Lima*, em Viana do Castelo, órgão que ainda faz pontes com os emigrantes do século XXI.

<sup>12</sup> “O vapor inglês está a partir, não tenho tempo para te dizer mais.” Processo do Passaporte n.º 259, emitido em 14 de Outubro de 1864.

<sup>13</sup> Alguns casos podem ser observados através de Rodrigues (2003, documentos números 10, 12 e 38).

<sup>14</sup> Cf. carta e sobrescrito existentes no Processo do Passaporte n. 654, emitido em 25 de Dezembro de 1897.

da escrita e da chegada da missiva às terras de Coura,<sup>15</sup> momento em que a epístola era entregue pelo carteiro.

Os traços dessas escritas ostentam aspectos da mentalidade masculina, embora possamos descobrir alguns problemas apresentados pelas mulheres, o que se descobre através das respostas dadas a determinadas questões. Também as letras mal gizadas pelos filhos ou por outros escribas, cuja caligrafia, por vezes, “não se entende”, obriga ao pedido de “cartas mais explicadas”,<sup>16</sup> porque a leitura tem sido difícil.<sup>17</sup> Essas eram algumas consequências do analfabetismo feminino, que forçava a mulher a expor-se publicamente e a dar a conhecer os segredos da vida de casa, provocando ansiedades nos dois pólos, o emissor e o receptor. As mulheres, muitas vezes, dependiam de pessoas estranhas ao agregado, que tinham competências de comunicação pelo abecedário. Outras socorriam-se dos filhos estudantes, dos rapazes ou mesmo de meninas. Situação semelhante ocorria entre os homens iletrados, que ficavam dependentes de colegas de trabalho<sup>18</sup> e de amigos instruídos.

A falta de tempo durante o dia, ocupado com o emprego, e a escrita noturna originam missivas de letra cacográfica, sem estilo aprimorado. Trata-se de uma inabilidade que o próprio emigrante reconhece, ao pedir compreensão ao intermediário da leitura pela caligrafia diferente da habitual, justificando-se pela escrita noturna.<sup>19</sup>

A capacidade de ler e de escrever, além de ser importante para o sucesso profissional, era muito útil para o reforço da comunicação e dos laços conjugais, sem dar a conhecer a vida, os sentimentos, os anseios ou o mais confidencial aos colegas.<sup>20</sup> Era necessário preservar a intimidade da curiosidade de vizinhos e outros leitores. Essas situações aconteciam quando os emigrantes necessitavam ditar as cartas ou ouvir ler a

---

<sup>15</sup> A rede postal, depois de várias reformas ao longo do século XIX, estava bem implantada e tinha uma grande cobertura nos inícios da centúria seguinte, sendo o serviço rápido e muito eficiente, como referem Marques e Rollo (1991, pp. 164-168). Ver, também, Serrão (1986, pp. 239-241).

<sup>16</sup> “Manda-me as cartas mais explicadas porque não se entende. Quem é que escreve as cartas? Quero saber quem é”, refere-se em AGC (Processo do Passaporte nº 550, datado de 19 de Julho de 1888).

<sup>17</sup> Estas dificuldades de leitura também nós as sentimos em determinadas epístolas, o que nos leva a não estranhar as observações feitas por alguns homens.

<sup>18</sup> “O ouvir ler a tua carta foi o [mesmo] que venderes, para os meus olhos darem sinal do amor que te eu tinha [...] A carta foi escrita na minha presença, feita por um carpinteiro que andava trabalhando na companhia dele”. AGC, (Processo do Passaporte n. 414, emitido em 19 de Setembro de 1892).

<sup>19</sup> “O leitor desculpe o não ir a letra boa porque é muito tarde e eu estou com sono”. Processo do Passaporte n. 394, emitido em 9 de Novembro de 1886.

<sup>20</sup> “A respeito do que aí devemos, não precisas repetir em todas as cartas que você me manda, porque não sabendo eu ler isso me receia por precisar [de] mandar ler por outros.” Carta do Processo do Passaporte n. 191, concedido em 13 de Julho de 1886.

própria correspondência pela voz de alguém que não fazia parte do círculo das cumplicidades, nem guardava segredos (VASCONCELOS, 1982) sobre seus pensamentos escritos. Tais circunstâncias geram conflitos imaginários de dimensões invisíveis entre o público e o confidencial, essa fronteira onde se cruza o dizível e o não comunicável, o íntimo do escrito, o sigiloso, essa barreira oculta mas delimitadora das cumplicidades, mesmo que a vida das famílias fosse, paradoxalmente, conhecida e ao mesmo tempo reservada.

O homem reagia à morosidade e reclamava resposta aos escritos enviados pelo correio, porque estava ávido de novidades, suplicando notícias da aldeia, quando a esposa não o retribuía com o envio de mensagens ou o fazia sem regularidade. Tais reações são visíveis em alguma correspondência. Essas pontes de papel constituíam parte de um processo de sustentabilidade das redes familiares dispersas e reforçavam o intercâmbio e a circulação de ideias entre os membros ausentes do núcleo e a paróquia de onde tinham saído, um dos meios de comunicação privilegiados durante o período de afastamento da casa, que chegava a atingir mais de meia dúzia de anos entre casais (RODRIGUES, 2003) e dez ou mais anos entre os jovens emigrantes de tenra idade e os progenitores.

Quando a correspondência não tinha a resposta pretendida, o cônjuge, numa atitude autoritária, exigia que a esposa respondesse a todas as epístolas por ele endereçadas.<sup>21</sup> Outros exteriorizavam por escrito esse desagrado, por saberem que colegas reembarcados podiam ter servido de correio,<sup>22</sup> levando as notícias e as palavras de afecto muito desejadas, porque eram um conforto e lenitivo para as saudades provocadas pela distância. Tais comportamentos também eram exteriorizados no feminino, sendo visíveis quando o marido fazia menção a várias cartas da esposa às quais deva réplica,<sup>23</sup> ou quando as consortes rogavam resposta breve para um

---

<sup>21</sup> “Tu recebas duas cartas minhas e só me respondes a uma, pois eu, enquanto escrevo, é porque quero saber as notícias que por aí se passam [...] pois espero que se atenda às minhas ordens e que se me escreva a todas as cartas” Processo do Passaporte nº 144, registado a 20 de Fevereiro de 1884.

<sup>22</sup> “Esperava carta tua no dia 15, da tua chegada a casa da mãe, mas não tiraste tempo para isso. [...] Chegaste no dia 24 [de Março] e até ao dia 28 que saíram daí dois vizinhos, também não tiraste tempo para mandares duas letras por eles que chegaram aqui no dia 16 de Abril. Pois eu por aí não espero dinheiro, mas sim notícias tuas.” Processo do Passaporte nº 394, assinado a 9 de Novembro de 1886.

<sup>23</sup> “Tenho presente duas cartas tuas datadas, uma de 25 de Fevereiro e a outra de 7 de Março, as quais muito estimei.” Processo do Passaporte nº 354, emitido em 8 de Fevereiro de 1861

conhecimento, tão célere quanto possível, das decisões que elas deviam tomar relativamente aos bens do casal.<sup>24</sup>

Se alguns emigrantes escrevem mais de uma vez, sem a respectiva reciprocidade, e não compreendem nem aceitam tais demoras, outros há que assinalam, na quarta missiva, a expedição de várias cartas.<sup>25</sup> Nelas vem expresso muito afecto, ternura, sentimentos e saudades dos parentes, mas também transmitem a necessidade de partilha das novidades de além do Atlântico, como meio de reforço dos contactos.

O ritmo do envio de mensagens variava muito. Há situações que demonstram uma regular e constante permuta de correio. Outras foram intervaladas por vários meses ou mesmo um ano, por falta de resposta,<sup>26</sup> ou ainda mais prolongadas, por opção, quando se trata de cônjuges que provocam o esmorecimento dos vínculos relacionais com a esposa, devido à integração nas redes de sociabilidade que construíram no Brasil. As novas relações de amizade levavam alguns emigrantes a esquecer compromissos com o lar, a mulher, os filhos e a casa, procurando compensações de afecto e sexo no local de fixação. Tais acontecimentos têm lugar, por vezes, quando as mulheres não respondem ao desafio da ida para junto dos homens,<sup>27</sup> resistindo à pressão que o campo e os bens patrimoniais existentes na aldeia, exercem sobre elas, que ficaram com a gestão da casa e do património, conquistando liberdade e transformando-se em mulheres sós (CASTELAO, 2008).

A correspondência chegava através dos correios. Um envelope podia conter mais de uma carta, ou sobrescrito,<sup>28</sup> em folhas diferentes, trazidas pela mão de outros

---

<sup>24</sup> “Escreve imediatamente para me governar e fala com o teu primo, que te abone a viagem. A carta que escreveres conta-me tudo, ainda [que] sejam duas folhas de papel cheias.” Processo do Passaporte nº 446, concedido em 15 de Setembro de 1894.

<sup>25</sup> “Escrevi-lhe de Santos, logo que ali cheguei e daqui [do Rio de Janeiro] já lhe escrevi duas cartas que presumo haverão chegado ao seu poder.” Processo do Passaporte nº 500, autorizado em 3 de Agosto de 1882.

<sup>26</sup> “Minha sempre querida esposa, depois de se ter decorrido tanto tempo, sem saber a menor notícia tua, torno a enviar-te a presente, abrigando a esperanças que chegue às tuas mãos. A última que te escrevi, provavelmente, não recebeste, porquanto já faz um ano e ainda não tive a resposta.” Processo do Passaporte n. 712, emitido em 31 de Outubro de 1896.

<sup>27</sup> “Trato-te sempre como mulher minha mas, se não vieres com este dinheiro, outro para este fim não te mando, que aqui já tem acontecido a uns mandarem e elas não vêm, mas depois, mais tarde, se queixam, [por]que estes casos são muito sérios.” Processo do Passaporte n. 608, emitido em 5 de Outubro de 1896.

<sup>28</sup> “Meu Bom e Prezadíssimo Pai, cá vi a última página da carta da Amélia escrita em seu nome, o qual sinto bastante o dizer-me que você e minha mãe andam incomodados. Vossemecê das juntas e a mãe do pé. Também me diz que me tem escrevido (sic), pois juro-lhe, por quanto é sagrado, que desde Fevereiro que não tornei a receber carta sua nem da Amélia, para testemunha tenho o tio Casimiro, que esse sabe da minha vida. Cá entreguei uma carta ao José e outra ao Guerreiro, que vinha dentro da minha.” Documento do Processo do Passaporte n. 515, autorizado em 20 de Maio de 1893. Esta mesma carta destina-se à

emigrantes<sup>29</sup> que se encarregavam de levar missivas, encomendas e, no regresso, serviam de portadores de dinheiro. Além de colegas e de amigos, os pilotos e outros agentes de embarcações, que ligavam duas margens, constituem elos por onde circulavam os escritos populares e os de gente comum.

Era através das cartas e pela via oral que se difundiam notícias e se permutava a cultura luso-brasileira. Além desse meio, para os contactos com mais celeridade, ainda se deitava mão aos telegramas (GAMA, 1869), outro processo de permuta de mensagens que os emigrantes tinham ao seu dispor.<sup>30</sup> Não localizamos documentos dessa natureza, no espólio consultado – AGC –, pois seria de uso menos frequente, embora haja referências a tais recursos de comunicação nessas cartas.

### **Sazonalidade da correspondência**

Os elementos cronológicos existentes em cada missiva permitem-nos configurar os movimentos sazonais das epístolas e observar os períodos mais dinâmicos do intercâmbio das escritas entre o destino e o espaço doméstico, entre o emigrante e a casa, a esposa ou os filhos. De todo o corpo documental compulsado, seleccionámos cento e oitenta e cinco cartas com indicadores precisos do dia, do mês e do ano em que a mensagem foi passada ao papel. Com esses elementos, procedemos a uma análise dos indicadores temporais.

Detectámos quatro períodos mais movimentados. Abril e outubro lideram a circulação com vinte e dois documentos. Seguem-se os meses de março e dezembro, esse último com dezassete epístolas. O número apurado para a época natalícia é digno de nota, comparativamente ao volume de passaportes nessa fase do ano. Todavia, o movimento ocorrido em abril e março traduz um intenso desejo de comunicação com o lar, devido à pela Páscoa. Da mesma forma, o Natal emerge remarcado como momento de troca de mensagens escritas, como se nota nas várias alusões existentes nos textos, sendo um dos picos da escrita da saudade.

---

esposa e, na parte final do papel, na folha 2v, o emigrante dirige-se ao pai de Albino António Pereira de Melo.

<sup>29</sup> “Acabo de chegar do Rio [de Janeiro] e apresso-me a apresentar a V. Ex<sup>a</sup> os meus respeitos. Sou portador de uma carta para V. Ex<sup>a</sup>, de seu mano Luís, que, pela sua importância, sou portador”. Carta de Augusto Monte Alvernes a José Augusto Palhares Malafaia, consultável no arquivo do autor deste texto.

<sup>30</sup> “Em seguida que o paquete sair, peço-lhe me faça o seguinte telegrama: Ruas, Alfândega, 63- Rio de Janeiro (neste espaço somente o nome do paquete), por exemplo: Minho ou outro qualquer nome que o vapor tiver, de forma que estando eu de sobre aviso, sei por telegrama da Baía ou Pernambuco o dia fixo da chegada, par ir recebê-la a bordo.” Processo do Passaporte n. 500, datado de 3 de Agosto de 1882.

Os maiores silêncios sobre essas sociabilidades fazem-se pelos Santos, em novembro, e na Quaresma, notando-se grande contenção na circulação de letras, como se os emigrantes desejassem guardar silêncio e esperar pelas quadras festivas. Dessa forma, o exercício de aproximação simbólica e de permuta de afectos era mais intenso e enquadrava-se nas dinâmicas culturais de celebração da família. O mês de outubro é outro momento de destaque nesses intercâmbios. Certamente, não é difícil encontrarmos uma explicação para o fenómeno, diferente da que se prende com a vontade de estreitar os laços com a casa. Os maridos pretendiam inteirar-se sobre os resultados das colheitas e das lides da lavoura, tudo relacionado com o São Miguel, no início do Outono, após as colheitas e as vindimas.

Se identificámos os ciclos festivos como marcos determinantes da comunicação com os parentes, também podemos apontar para a existência de um ritmo semestral patenteado nesta amostra. Os meses de abril e outubro são os momentos mais proeminentes da circulação de missivas escritas no destino. Além do período aludido e das épocas de solenidade, verificámos a existência de uma ponte de contacto escrito regular, com pequenas oscilações de maio a setembro.

Inferimos que a troca de epístolas entre os emigrantes e a família estimulava um intercâmbio permanente de mensagens, com fluxos mais intensos na proximidade da Páscoa, destacando-se os meses de março e abril. Os casais correspondiam-se, frequentemente, no mês de outubro, mas as relações eram sustidas em novembro e reactivadas no final do ano, especialmente para “enviar saudações”, dinheiro<sup>31</sup> e para festejar com alegria o imaginário das celebrações natalícias, aproximando as duas margens em espírito.<sup>32</sup> Escrever algumas letras era um meio de presentear na consoada<sup>33</sup> e de reforçar a rede dos afectos. Desejava-se um Bom Natal,<sup>34</sup> expressavam-se votos de Boas Festas e passagem de Ano com muitas felicidades. A carta também tinha por

---

<sup>31</sup> “Como presente de festas – que estimo as passagens de perfeita saúde, já que não podem ser com alegria - te remeto réis 10\$000 que te devem ser remetidos em um vale do correio pelo senhor Joaquim Lopes Fernandes, morador na rua das Flores, nr. 17 e 19, Porto.” Cf. Processo do Passaporte nº 37, concedido a 18 de Abril de 1886.

<sup>32</sup> “Muito estimei por receberes a letra [e] por teres a noite de Natal com mais alegria”. Processo do Passaporte n. 282, emitido em 9 de Março de 1895.

<sup>33</sup> “Remeto uma letra de 50\$000 réis fortes para ires receber em Barcelos, ou pedires ao senhor Gonçalves para ir receber. Isto é para a consoada e para te ires remediando”. Processo do Passaporte nº 12 datado de 4 de Janeiro de 1889.

<sup>34</sup> “Estimarei que passes a festa do Natal alegre junta com nossos filhos, eu passarei já com os meus amigos.” Processo do Passaporte n. 144 datado de 20 de Fevereiro de 1884.



finalidade atrair a mulher e os filhos para o Brasil antes da Natividade,<sup>35</sup> de forma a celebrar as solenidades e reavivar a quadra religiosa que gravitava em torno do imaginário da Sagrada Família.

A saudade de reunir o núcleo doméstico ao redor da lareira e os amigos, pelo Natal, ficou bem gravada na escrita de alguns casais. Eles descrevem esses momentos de nostalgia, quando se encontram afastados de casa, isolados do calor familiar, no Brasil em um ambiente de solidão.<sup>36</sup> O dia de Reis também é anunciado como momento de convívio<sup>37</sup> e de celebração, um prolongamento das festas, onde a reunião de todos continua a ser uma ocasião importante para a consolidação dos laços de parentesco.

O emigrante mantinha um forte sentimento de união nessas épocas de festividade, por isso, não só aumentava o fluxo de mensagens escritas como se esforçava por se encontrar fisicamente nesses convívios, onde se celebrava o nascimento do Menino Jesus, aumentam-se os momentos de intimidade e se reforçam os vínculos de afecto e de parentesco.

### **Destino das cartas**

A distribuição geográfica desses documentos por autarquias de naturalidade dos receptores mostra-nos que as mulheres naturais dos concelhos de Arcos de Valdevez e de Ponte da Barca deixaram poucas epístolas nos processos de aquisição de passaportes. São cinco cartas do primeiro município e uma do segundo. O percurso desses documentos aparece separado por mais de trinta dias e menos de um ano, desde que foram escritos até integrarem o respectivo corpo documental, no AGC. Os números são definhados para extrairmos alguma inferência de âmbito concelhio. A maior parte desses bilhetes foi usada pelo destinatário seis meses ou mais tempo após a data da escrita, o que pode estar relacionado com o posicionamento geográfico das áreas, situadas na periferia, e da resistência das mulheres em abandonarem a terra onde detinham o estatuto de esposas do “brasileiro”. A interioridade dos naturais dessas

---

<sup>35</sup> “Escrevo-te esta afim de te previres dela para a tua viagem, para resolveres o mais breve possível, caso possa ser, para vires cá passar o Natal.” Documento do Processo do Passaporte n. 74 emitido em 12 de Março de 1894.

<sup>36</sup> “Minha querida esposa do coração, com grande gosto recebi a tua carta ontem, dia de consoada e foi a causa da minha maior alegria, como quem está vendido, lembrando-me dos outros anos que sempre estávamos cercados de amigos em nossa casa e agora ver-me neste deserto sozinho”. Documento do Processo do Passaporte n. 59 emitido em 25 de Dezembro 1894.

<sup>37</sup> “Já que não tenho os meus filhos no dia de Natal, pelo menos para o dia de Reis, [...]”. Processo do Passaporte n. 19, emitido em 13 de Janeiro de 1897.

aldeias também deve ter pesado na decisão de usarem ou não as epístolas para provar a ausência conjugal.

O cenário descrito, para as duas autarquias anteriores, contracenava com as ocorrências relativas às terras de Caminha. Relativamente a esta área, analisámos trinta e três documentos, o correspondente a 17,8% dos números em estudo. Três famílias conseguiram um contacto rápido e eficiente, se considerarmos que, entre a produção da mensagem e a ida ao Governo Civil de Viana do Castelo requerer a licença, decorreu menos de um mês. Assim, o emigrante escreveu; a esposa leu a carta e, de imediato, utilizou o correio do marido para documentar a pretensão de se ausentar com licença de viagem, seguindo para junto do cônjuge. Mas, seis pessoas deixaram passar mais de um ano desde que o emigrante registrara as aspirações de reunificação do lar; uma dezena e meia confirma a moda anteriormente aludida, tendo depositado esses documentos no GCV em menos de sessenta dias, tempo decorrido entre a escrita da carta e a obtenção do passaporte.

Melgaço é o espaço geográfico mais afastado do centro administrativo do Alto-Minho. O total de escritos depositados em arquivo, como prova de que os homens não se encontravam presentes para autorizar a saída de membros da família, é de onze.

A interioridade foi vencida pelos serviços dos correios, considerando que dois casos demoraram menos de trinta e quatro dias desde a escrita no Brasil e a obtenção de documentos de embarque. Das onze ocorrências apontadas, nove senhoras resolveram os problemas em menos de quatro meses. Verificámos a existência de um quadro idêntico no município de Monção, com dezasseis cartas, das quais dez foram utilizadas em menos de cinco meses pelos respectivos impetrantes de passaporte. Celeridade na saída e na resistência ao embarque são dois quadros que caracterizam essas decisões femininas.

O município Paredes de Coura, situado no interior do Alto-Minho, limitado por cinco áreas concelhias, aparece com um total de catorze epístolas. Também aqui uma carta foi usada em menos de um mês, desde a escrita à entrega do documento no Governo Civil de Viana do Castelo. O maior número de epístolas permaneceu na mão dos receptores entre sessenta e noventa dias. Outras mantiveram-se na posse da receptora por mais de um ano, desfazendo-se delas para seguirem rumo ao Brasil. A resposta ao marido foi dada, quase sempre, com celeridade e o tempo médio de retenção da correspondência em casa aponta para sessenta dias, o que é um bom indicador, considerando que essa autarquia está implantada no coração do distrito.

Ponte de Lima é uma das áreas com maior mobilidade de emigrantes, mas o total de cartas não é proporcional aos respectivos movimentos. Foram usadas menos missivas do que em Caminha, tendo sido depositado, em arquivo, vinte e seis documentos dessa natureza. A distribuição dos tempos entre a data da escrita e o dia da emissão da licença passa por todos os quadros. Quatro mulheres conservaram mais de um ano a escrita vinda da outra margem, até a obtenção do passaporte; cinco resolveram juntar-se aos maridos passados seis meses e após a insistência dos homens. Outras foram mais afanosas, tendo apresentado a carta ao governo civil logo que a receberam, não tendo decorrido mais de um mês desde a data em que ela foi grafada. Mas a moda, nesse concelhio, não reforça o período de trinta e um a sessenta dias, sobe para o escalão seguinte, o que faz dessas emigrantes, que requereram documentos de viagem com recurso à carta familiar, as mais pressurosas na opção de reorganizar a casa junto ao marido. No cômputo geral, as senhoras desse concelhio e as de Paredes de Coura não foram tão céleres na tomada de decisão como as dos restantes municípios, considerando a moda de dois a três meses de retenção das cartas na posse do lar.

O número correspondente às naturais de Valença fica nas treze epístolas aqui estudadas. Não houve registo de qualquer caso que tenha feito todo o percurso em tempo inferior a um mês. Acresce a existência de cinco missivas depositadas no arquivo dos serviços do Governo Civil de Viana do Castelo em menos de sessenta dias, após a escrita dos homens. Encontrámos um cenário idêntico em Vila Nova de Cerveira, contudo, o tempo de conservação desses escritos nos circuitos domésticos aumenta. Dois bilhetes ficaram na posse das receptoras menos de dois meses. A moda está posicionada no patamar seguinte, com quatro mulheres que demoraram entre noventa a cento e vinte dias a decidirem-se por abandonar os haveres, os parentes, os amigos e a paróquia, para refazerem o lar na terra de acolhimento.

Vejamos, por fim, Viana do Castelo, onde contabilizámos mais de vinte e seis por cento do total de casos aqui abordados. Sete famílias receberam a correspondência e ausentaram-se de imediato, desfazendo-se das cartas muito queridas.<sup>38</sup> As que prolongaram a decisão para mais trinta e menos de sessenta dias, formam um conjunto de quinze famílias. Duas dúzias de senhoras resolveram exibir publicamente esses documentos antes dos noventa dias. A demora na tomada de decisão pode significar

---

<sup>38</sup> O tempo que durava uma missiva a chegar de uma a outra margem do Atlântico situa-se em cerca de três semanas, como foi confirmado pela carta que “levou 20 dias a chegar aqui”, de Formariz, concelho de Paredes de Coura, ao destinatário no Rio de Janeiro. Documento do Processo do Passaporte n. 516, emitido em 22 de Maio de 1893.

resistência aos desejos do marido, que pretendia a família reunida, mas também corresponde a uma vontade de conservar a autonomia feminina, cuja ligação ao marido era feita por escritas familiares, mantendo-se contacto permanente entre as duas margens.

Em síntese, podemos sublinhar que a correspondência expedida desde o Rio de Janeiro é dominante e espalhou-se por toda a região, e que também figuram no AGC testemunhos de uma troca constante de mensagens entre outras terras brasileiras e o Alto Minho. O emigrante, muitas vezes, pegava na pena nos dias anteriores à partida do vapor. Assim, as letras chegavam frescas, passados vinte dias, à mão da consorte que as esperava ansiosamente, em terras no Alto-Minho. Depois, se os documentos que constituíam o processo de obtenção de passaporte estivessem preparados, a impetrante solicitava a saída legal, juntando a missiva ao requerimento e a outras certidões. No total, dezoito emigrantes usaram a correspondência para obtenção do respectivo passaporte poucos dias depois de receberem a epístola; mais de cinquenta e seis mulheres conservaram as cartas pelo menos um mês, tendo-as depositado para substituir documentos de autorização e embarcado antes de passarem sessenta dias desde a data da escrita.

Com esses contactos escritos restabeleciam-se os elos de sociabilidade, proporcionava-se a circulação de notícias e alimentavam-se os afectos e saudades de quem estava separado pelo Atlântico, mas também se fazia prova da ausência do homem casado ou dos progenitores. A circulação foi facilitada com desenvolvimento das vias de comunicação, dos correios e dos caminhos-de-ferro, mas são os vapores que mais regularmente sustentam essas redes de contacto permanente.

### **Quadros ocupacionais femininos**

A mulher, que tinha permanecido em casa com os familiares, por vezes em dependência dos ascendentes, aparece referenciada em múltiplos contextos profissionais. Como força demográfica e de reprodução social, numa região em que se vivia predominantemente da agricultura, a lavoura era a actividade mais absorvente para essas mulheres com o marido ausente.<sup>39</sup> Temos conhecimento, transmitido pela via

---

<sup>39</sup> Se a agricultura era uma actividade dominante no Noroeste de Portugal, ao ponto de as respectivas autoridades reconhecerem oficialmente este cenário, Costa retrata a “mulher do Minho [...] essencialmente trabalhadeira [...] toma verdadeiramente o lugar do homem [...] As mulheres é que lavram as terras, cavam, sacham, e desempenham todos os trabalho ruraes. Carregam pesos incriveis”. O autor

masculina, de certas fainas a que elas se dedicavam como forma de obtenção de rendimentos suplementares. Algumas receberam, da parte do consorte, gestos de desprezo ou impropérios pelas opções profissionais que desejavam assumir.

Na ausência do homem, elas adquirem independência e a liderança do patrimônio. Mas também arcam com novas responsabilidades: lavram, cavam, sacham, desempenham todas as lides do campo (Costa, 1874), desempenham uma multiplicidade de funções de âmbito doméstico e agrário, indo ao jornal, obtendo produtos têxteis e lácteos (OFÉLIA, 2008) que comercializavam, e também dedicavam-se às fainas marítimas e a outros trabalhos nas áreas urbanas. Cuidam do lar, da educação da prole e, ainda, vão à lenha ao monte. Elas ocupam o lugar de chefe de família, deixado vago pela via da emigração. Passam para o centro da domesticidade, gerindo os bens do casal e administrando as remessas financeiras vindas do Brasil. É uma forma de liberdade, de autonomia e de maior emancipação conquistada com naturalidade no seio da casa, espaço mais apropriado para a afirmação do novo estatuto feminino, local de domínio e assunção da autoridade doméstica. Com a saída do homem, emerge o triunfo da mulher. Todo o processo migratório gravita em redor do género feminino.

Num período em que a exposição de crianças não era muito intensa (RODRIGUES, 2004), nos finais da centúria, Elvira Maria Ribeiro recebe do consorte um ultimato, quando transmitiu a ideia de se ocupar como “ama de leite para o Porto”.<sup>40</sup> Não conhecemos mais situações do género, mas a opção da companheira foi plenamente reprovada pelo homem. Parece tratar-se de um serviço mais adequado às mães celibatárias e não para ser desempenhado por uma senhora, a esposa de um “brasileiro”. Era uma desconsideração para o emigrante e um gesto social denunciador de fragilidades económicas recorrer a tais complementos remuneratórios. O carácter ofensivo desse desafio feminino atingiu um grau tão elevado que o autor da carta desconsidera a esposa. Entende que a assunção de tal procedimento era condição suficiente para romper com o matrimónio, divorciando-se, porque “se tu isso fizeres, faz

---

continua a descrição num gesto de muito apreço pela minhota, que substitui o marido emigrante com a assunção de todas as responsabilidades pelas lides da casa e do campo :“Ah, mulher do Minho! Tu sabes o que é o trabalho, o que elle custa ao suor do rosto! Teus parentes, párias na sua província, têm de ir pedir à terra estrangeira o pão de cada dia”. (COSTA, 1874,p. 251-262)

<sup>40</sup> Carta de Bento António Fernandes à esposa, Elvira Maria Ribeiro, de Lovelhe, Vila Nova de Cerveira. Esta missiva exhibe elementos onde ressalta o imaginário da (in)fidelidade masculina e a suspeição de relações extra-conjugais por parte do homem, porque tu “Mandas-me dizer que eu tenho uma filha [aqui no Brasil] e uma mulher [...]”

de conta [que] és solteira, porque eu nunca mais faço caso de ti”,<sup>41</sup> ou seja, não escreverá, nem enviará as remessas e jamais regressará a Portugal, optando pelo arreigamento definitivo no Brasil, como fizeram outros patrícios que abandonaram as esposas.

Outros afazeres do gênero encontram-se associados a trabalhos de fiação,<sup>42</sup> de labores com “agulhas de meia”,<sup>43</sup> linho (RODRIGUES, 2003) e lã.<sup>44</sup> Essas ocupações eram desempenhadas em circuitos domésticos<sup>45</sup> e sem submissões patronais, proporcionando alguma independência e liberdade à mulher, além de uma responsabilidade própria para quem desejava assumir um estatuto social específico no controlo da domesticidade.

Certas actividades foram referenciadas indiretamente, através de alusões a modelos de uma vida mais digna, como se percebe pela carta de Bernardino José Leite, ao escrever: “quero tirar-te dos molhos de lenha e ver se granjeias o ser para nossos filhos”.<sup>46</sup> Era, certamente, uma tarefa árdua, própria do sexo feminino, através da qual se aprovisionava a casa com o armazenamento de combustível para o Inverno. Também abasteciam os fornos das padarias e mesmo as fornalhas de cozer telha e tijolo, onde se ocupavam sazonalmente. Esta faina obrigava as mulheres a deslocarem-se às matas, de onde recolhiam carrasca, caruma, carqueja, galhos secos e outra matéria inflamável, como as pinhas e a casquinha. Tais serviços foram referenciados nestas escritas

---

<sup>41</sup> Ver Processo do Passaporte n. 37, emitido em 28 de Janeiro de 1897. Notamos muita segurança nas palavras do marido ao sublinhar: “mandas-me dizer que tu andavas a ver se arranjavas para ires para ama de leite para o Porto, pois debes fazer o que quiseres que o mal será para ti,” como forma de responsabilizar a esposa pelas atitudes tomadas contra vontade do companheiro.

<sup>42</sup> “Traz também e traz de aí mei[a] dúzia de fusos de fiar.” Cf. carta do Processo do Passaporte n. 174 concedido em 10 de Fevereiro de 1899.

<sup>43</sup> Cf. Carta do Processo do Passaporte n. 533, datado de 3 de Outubro de 1890

<sup>44</sup> “Que não esqueçam bordados a retrós bonitos e compra para tua cunhada 6 peças de renda de linho, 2 da largura de um dedo, dois de dois, 2 de três dedos, da mesma qualidade da que veio no saio que mandara pelo Simão para tua cunhada. Compra 6 jogos de agulhas amarelas para ensinar tuas sobrinhas a fazer meia e traz dois arrâteis de algodão fino para meias, talvez um arrátel chegue. Minha irmã que te dê amostras de croché”. Processo do Passaporte n. 241 datado de 1 de Abril de 1884.

<sup>45</sup> “Olha se trazes um novelo de linho e agulhas para me consertares uma porção de coturnos que cá tenho.” Processo do Passaporte n. 93, emitido em 19 de Julho de 1865]

<sup>46</sup> Documento do Processo do Passaporte n. 362, datado de 25 de Outubro de 1886. As indústrias que utilizavam vapor e as fábricas de panificação, telha, tijolo e cal, para laborarem, recorriam à lenha que era transportada em molhos pelas mulheres, quer das aldeias, quer dos próprios centros urbanos. As fábricas de faiança de Caminha, em 1859, consumiam entre 1500 e 1600 arrobas de lenha. (COELHO, 1861, p.243).

domésticas como ir ao monte<sup>47</sup> e aos molhos de lenha para alimentar indústrias artesanais.

A consorte, que permanecia em casa, tinha uma escabrosa tarefa sobre os ombros. Além de continuar a sustentar toda a vida do lar, devia orientar a educação dos filhos, organizar as lides agrícolas ou, na ausência de terras de cultivo e criação de animais, granjear alguns recursos para auto-suficiência. Perante a perspectiva de se juntar ao marido, aparecem configurados projectos de trabalho por conta própria, depois de desembarcar no Brasil. Essa opção permitia à companheira, na opinião masculina, um espaço de liberdade profissional e a independência de patrões, porque “no caso que não queiras estar empregada, aprendes a fazer coletes e ganhas dois mil e quinhentos por cada um”,<sup>48</sup> o que corresponderia a um bom salário.<sup>49</sup> São os próprios maridos que anunciam a liberdade profissional do sexo feminino, transmitindo-lhes que manterão a independência ocupacional que elas muito prezavam, aliciando-as para a viagem. Também havia ocupações alternativas, com recurso à puericultura em casas particulares, “para tratar da mulher que vai [ter] uma criança”, porque era da vontade do patrão do emigrante, o qual muito “estimava [e] me disse que viesses o quanto antes”.<sup>50</sup> Eram actividades enquadradas em estruturas de intervenção feminina, como angariar fundos em afazeres com funções domésticas em casas de outras pessoas,<sup>51</sup> que proporcionariam um bom viver ao casal que, mutuamente, e num processo de complementaridade, contribuía para os recursos do lar na terra de fixação.

Havia sempre projectos de trabalho para elas, mesmo que fosse um simples serviço de “lavar e a engomar”,<sup>52</sup> porque este mester também permitia ganhar a vida e proporcionava um acréscimo financeiro na economia doméstica. Encontramos, ainda,

---

<sup>47</sup> Cf. Processo do Passaporte n. 670 datado de 10 de Novembro de 1890.

<sup>48</sup> C.f. Carta do Processo do Passaporte n. 446, concedido em 15 de Setembro de 1894.

<sup>49</sup> Para efeitos de comparação sobre os vencimentos de várias actividades masculinas no Alto-Minho, a meados da centúria, veja-se: A.G.C., pasta 473, doc. 20 “nota do preço medio dos salarios dos operarios das diferentes artes e officios [...] 1 de Fevereiro de 1899.”; A.G.C., pasta 193, maço 29. Doc. s.n. «*Mappa do preço médio dos salarios dos operarios no anno economico de 1861 a 1862*» A mesma lista foi publicada em (RELATÓRIOS, 1864, p.24-27).

<sup>50</sup> C.f. carta do Processo do Passaporte n. 446, concedido em 15 de Setembro de 1894.

<sup>51</sup> Ver carta do Processo do Passaporte n. 638 emitido em, 27 de Dezembro de 1892.

<sup>52</sup> “Tu aqui também podes ganhar a vida a lavar e engomar”. Carta do Processo do Passaporte n. 638, emitido em 27 de Dezembro de 1892.

solicitações do homem para que a mulher, ao chegar ao Brasil, pudesse dar solução a alguns problemas, como fazer consertos da roupa gasta pelo uso.<sup>53</sup>

As referências ao universo sócio-profissional, nos escritos masculinos, além das lides caseiras, das ocupações no sector agrícola, de vários serviços no campo, da dedicação à costura, entre outras, não passam do perfil que apontamos, mas a mulher do Minho ocupava-se de múltiplos afazeres, trabalhando inclusive na exploração mineira (D'ARMADA, 2008), no século XX, ao lado do sexo masculino, conquistando a igualdade e a liberdade.

Os atrativos da vida, em terras de Vera Cruz, aparecem ligados a vários modelos de trabalho com autonomia, por conta de um patrão, em acumulação com outros empregos, opções proporcionadas pelas potencialidades e pela vastidão de uma terra propícia para a agricultura e para a pecuária. Estamos perante reproduções de um sistema de modelos de economia doméstica, exercida como suplemento dos rendimentos familiares, em nada comparável às poucas oportunidades que o Minho oferecia às mulheres, se atendermos que, “esta terra não é como essa cidade de Viana. Eu, a capinar café, tenho terreno para criar qualquer animal como: porcos, galinhas e mais aves e [ainda] tem terra”.<sup>54</sup> O sucesso também passava por uma constante dedicação profissional, acrescida de sacrifícios e de muito trabalho complementar.

Em síntese, ao ficar só, com os filhos, a mulher tinha acesso ao controlo pleno dos meios de produção, assumindo a liderança e a chefia do lar e da exploração agrária, mas no Brasil, com toda a família reunida, podia-se potenciar os recursos económicos, mantendo a gestão da casa e trabalhando num modelo de complementaridade e de liberdade relativa ao patronato, partilhando com o marido as responsabilidades do ambiente doméstico.

### **Motivações para o embarque**

Como sublinhámos no início, este epistolário oferece-nos uma visão de quadros multifacetados. As missivas endereçadas do Brasil conduzem-nos muitas vezes para a intimidade do foro familiar, sempre através da escrita masculina. As motivações aparecem descritas pelos homens, na forma de resposta ao desejo demonstrado pela

---

<sup>53</sup> “Olha se trazes um novelo de linho e agulhas para me consertares uma porção de coturnos que cá tenho.” Carta do Processo do Passaporte n. 93, emitido em 19 de Julho de 1865.

<sup>54</sup> Cf. carta do Processo do Passaporte n. 386, emitido em 3 de Abril de 1895.



esposa em atravessar o Atlântico, juntar-se ao companheiro e reorganizar o grupo nuclear. Era uma estratégia para a resolução de problemas de infidelidade, provocados pelo afastamento físico dos cônjuges, por vezes assumidos e confessados nos escritos. Estes patrícios, além de assinalarem o estado de solidão em que viviam, sentiam-se desprovidos do calor doméstico e dos afectos. Ao mesmo tempo, penetrámos nesse universo imperceptível dos contextos de coabitação ilegal em que alguns homens viviam,<sup>55</sup> cenário visível através da resistência que certos maridos faziam à pressão da mulher ávida de tomar o vapor.

Noutros casos, o emigrante, ao ver-se envolvido em contratos profissionais que os prendia à terra de acolhimento, estava impossibilitado de regressar a Portugal, enquanto não fossem saldadas as dívidas com os agenciadores. São indivíduos que estiveram envolvidos, diretamente ou indiretamente, na trama do aliciamento ou que hipotecaram os bens para poderem embarcar, estando agora obrigados à observância de determinados compromissos contratuais ou financeiros. Tais agrilhoamentos estão expressamente patenteados no epistolário endereçado do Brasil e revelam uma faceta do tormento provocado pela saudade. Mas, outros portugueses tentam contrariar a aspiração da consorte quanto à ida para o Brasil, cujas intenções também emergem da correspondência por eles grafada. Se o embarque da mulher pode corresponder a uma emigração feminina passiva, motivada pelo marido e pela necessidade de reagrupar a família, outras vezes são elas mesmas que exigem a ida para junto dos consortes, enquanto eles tentam evitar o embarque da esposa, por viverem em situação de infidelidade. Problemas desta natureza são realidades vividas por emigrantes de todas as nacionalidades e eram semelhantes aos dos espanhóis saídos de Cuba (MURILLO, 1999).

---

<sup>55</sup> Há várias missivas com menção explícita à infidelidade, como podemos observar no trecho seguinte: “Sei tu que tens muita razão para estares muito sentida, mas venho por meio desta te pedir que me queiras perdoares, porque eu fui atentado, não por não te ter amor, mas sim porque o diabo me atentou, mas felizmente hoje Deus quer que eu torne outra vez são meu ser para te amar como sempre te estimei, porque já deixei a tentação que perseguira. Por isto venho saber se tu queres vir para minha companhia ou não. Logo que esta arrecebas manda-me dizer, porque eu estou ansioso pela tua resposta, para saber se tu me perdoas de algumas faltas que eu tenho cometido porque tu bem sabes o que são homens, mas hoje estou arrependido do que fiz, por isso espero o teu perdão na resposta desta carta.” Processo do passaporte nº 301, emitido em 13 de Março 1895.

## Pressões do marido

As formas usadas pelos emigrantes para convencerem as esposas a atravessar o Atlântico variam entre o modo autoritário e o gênero de súplica feita pelo consorte mais sensível à separação física e aos efeitos da saudade.<sup>56</sup> Assim, ele assume a iniciativa de reunir os membros do lar, especialmente quando sente a falta dos afectos da consorte, e exige a ida da esposa para o Brasil, pressionando com as armas que tem ao seu dispor. Mesmo assim, a decisão final, num gesto de liberdade e determinação, cabe, quase sempre, à mulher.

O modelo imperativo de transmitir a tomada de decisão sobre o embarque corresponde à vontade machista, quando exige “que venha para o Brasil. Até Lisboa venha com seu mano Manuel”,<sup>57</sup> ou quando outro exhibe. Ou quando exhibe um tom mais determinante, cujo denodo parece ser exclusivamente do sexo masculino, ao anunciar, através da missiva, que “é o fim desta para te comunicar a resolução que tomei, que é de te apresentares e embarcares com destino a esta terra para a minha companhia o mais breve que possas”.<sup>58</sup> Expressões frequentes como “quero que venhas”<sup>59</sup> mostram que o emigrante impõe a sua pretensão. Mas, a esposa nem sempre respondia prontamente. Algumas prolongaram, por mais de um ano, o requerimento da licença, como, anteriormente, aludimos, num gesto demonstrativo da força que elas detinham, determinando o momento de abandono da aldeia.

Quando a resolução se insere num quadro irreversível, porque o cônjuge almeja que a esposa estreite os laços físicos, juntando a família, em contextos de imposição do próprio marido, verificamos uma demora prolongada, espaçando mais de seis meses entre a data da escrita da carta e a da obtenção do passaporte.<sup>60</sup> Tal morosidade demonstra uma resistência e um conflito de vontades que dividem a esposa: o dilema entre reunir o lar, ir para junto do marido com os descendentes, ou manter-se ligada aos progenitores<sup>61</sup> e aos bens que detém na paróquia. Certamente mais pressão psicológica deve provocar a perda da liderança e da gestão da casa. As mulheres aceleram ou

---

<sup>56</sup> Porque “[...] vivo muito apaixonado, enquanto não recebo notícias tuas.” Ver carta do Processo do Passaporte nº 717, emitido em 8 de Julho de 1895.

<sup>57</sup> Carta do Processo do Passaporte n. 169 datado de 4 de Maio de 1885.

<sup>58</sup> Documento do Processo do Passaporte n. 747 emitido em 7 de Dezembro de 1894.

<sup>59</sup> Carta do Processo do Passaporte n. 87, emitido em 21 de Fevereiro de 1900.

<sup>60</sup> Ver carta do Processo do Passaporte n. 500, emitido em 20 de Setembro de 1898.

<sup>61</sup> “Estás virada por tua família, pois eu quando me casei foi para deixar de minha família.” Ver carta do Processo do Passaporte nº 729, emitido em 16 de Julho de 1895.

retardam os atos decisórios da mobilidade e fazem jus à liberdade alcançada, enquanto administradoras dos lares, dos bens domésticos e das remessas enviadas pelo consorte, porque os maridos não conseguem manter o controlo sobre as mulheres pela via da correspondência.

A saída do emigrante casado abre um ciclo na vida da família e do sexo feminino, que conquista mais espaço de intervenção, porque o lugar da mulher deixa de ser o quarto, ela se liberta do estatuto de escrava reprodutora e assume a chefia plena da área doméstica. Com o controlo da reprodução e, conseqüente diminuição numérica da prole, a mãe investe mais na família e na educação dos filhos, que agora são menos, havendo uns nascidos em Portugal e outra geração no Brasil, depois da fixação junto ao marido.

Se cabe ao elemento feminino a deliberação final do embarque, mesmo que a determinação da saída possa corresponder a um gesto de alguma liberdade, é importante sublinhar que o homem detém um papel decisório, pois a mulher não podia seguir para junto dele sem o respectivo assentimento ou uma prova de que ele se encontrava emigrado. É este o significado das missivas que testemunham e documentam a ausência do marido, exibida por algumas senhoras na obtenção do passaporte, sem que houvesse menção expressa do homem para que elas embarcassem.

As obrigações profissionais do emigrante, contraídas no local de acolhimento, resultam numa indisponibilidade para deixar o trabalho e ir à terra natal. Outros adiam o regresso devido à existência de negócios inadiáveis e de perspectivas de bons resultados financeiros. Essas situações impeditivas são frequentemente assinaladas para cativar a esposa e, por vezes, emergem dum caldo onde se mistura a doença da saudade sentida pela família, mas, acima de tudo, a falta dos afectos da companheira, uma das principais razões para essas travessias. São expressões fortes e fórmulas usadas que sensibilizam a mulher a deixar os aposentos e a quebrar os fortes laços mantidos com a aldeia, especialmente com os bens imóveis.

O homem manifesta, frequentemente, sentimentos de desgosto face ao persistente adiamento da viagem, pela parte da esposa, que, teimosamente não sai da paróquia, o que leva o marido a tentar convencer a consorte com recurso a um quadro imaginário, sem clarificar as situações a que se refere, como o seguinte: “Clara, me tem admirado de você não querer vir para a minha companhia, se soubesse a minha vida já

tinha vindo”.<sup>62</sup> Os discursos a tornam mais influente com o envio de “sessenta mil réis e [quando] aí ele chegar venha já”.<sup>63</sup> O envio de recursos era uma arma para convencer o sexo feminino a seguir para junto do homem que anuncia, como última oportunidade, uma oferta de embarque e sublinha, com veemência, “não peço mais”, porque esse é um ultimato para ela deixar Portugal.

A decisão do marido em não regressar a Portugal é indómita, quando as conjunturas económicas e cambiais são desfavoráveis, não permitindo benefícios financeiros capazes de proporcionar o bem-estar almejado e uma vida melhor, o que não aconteceria se estivessem juntos no Brasil, argumentam alguns. O sucesso nas terras de Vera Cruz era garantido para as famílias que desejavam fugir à miséria, atestam outros. Todavia, os emigrantes sentiam e transmitiam os efeitos físicos e psíquicos da separação da família e das companheiras, que, também, insistiam em permanecer no Minho. Essas são motivações pragmáticas, que se contrapõem ao apego da mulher à casa, ao sítio onde vivia e tinha o património.

A saudade e a necessidade de apoio presencial e afectivo da consorte levava a alterações comportamentais. O desejo de estar junto da dama que tinha desposado é descrito como um “grande peso que tenho na alma por ver-me tão longe da minha pátria”,<sup>64</sup> afastado da esposa e dos filhos que “são as prendas que mais adoro”.<sup>65</sup> Sente-se no emigrante o desconsolo do divórcio físico, embora fosse recompensado pela ideia de um dia obter um património apreciável para legar aos descendentes, objectivo que o levava a fazer tão duros e grandes sacrifícios.

A solidão satura, o afastamento provoca dor, o sofrimento torna-se insuportável e todos esses tormentos estão enunciados com muita intensidade na correspondência, onde a expressão “estou farto de estar só [...]”<sup>66</sup> sintetiza a escrita da saudade provocada pela diáspora.

Os compromissos assumidos, que obrigavam a emigrantes permanecer no Brasil vários anos, ou mesmo as diferenças de câmbio, com perdas evidentes na conversão de réis em libras para serem movimentadas em Portugal, contribuía para que ele se visse

---

<sup>62</sup> Processo do Passaporte n. 297, datado de 4 de Julho de 1893.

<sup>63</sup> Processo do Passaporte n. 297, datado de 4 de Julho de 1893.

<sup>64</sup> Processo do Passaporte n. 712, emitido em 31 de Outubro de 1896.

<sup>65</sup> “Estou trabalhando para um dia poder oferecer-te um bem-estar e um património para os nossos filhos”. *Processo do Passaporte n. 712*, emitido em 31 de Outubro de 1896.

<sup>66</sup> “Eu mesmo já te tenho dito que já estou farto de estar só e que isto me embaraça muito.” Carta do Processo do Passaporte n. 223 emitido em, 2 de Junho de 1892.

na necessidade de permanecer<sup>67</sup> afastado dos parentes mais tempo do que seria imaginado, privando-se desse conforto e das alegrias que só a família sabe proporcionar.

A separação muito prolongada<sup>68</sup> conduz a um outro tipo de postura para com a esposa, a quem é suplicado que deixe os haveres, a casa e a aldeia e que se dirija ao Brasil, porque o afastamento será longo e poderá durar seis ou mais anos. É assim que fazem a declaração de impossibilidade de abandono do lugar de destino em médio prazo, quando o período de desunião do casal excede os projectos iniciais.<sup>69</sup>

O afastamento da aldeia e outras circunstâncias propiciaria novas relações amorosas e mesmo a constituição de laços familiares ilegítimos, se as esposas resistissem ao embarque. Perante esses contextos, era feito um pedido veemente à consorte, que “vá sem falta”<sup>70</sup> para o Brasil. Esses gestos, reveladores de momentos de grande angústia de quem tinha o futuro afectivo hipotecado, ao descobrir que ficara impedido de viver com os seus familiares, especialmente os do ambiente nuclear, revelam traços de mentalidades e de compromissos com valores sociais, morais e familiares assumidos pelo casamento. Também os afectos emergem dos escritos populares com fortes cargas de emoção, com o objectivo de dissuadir a esposa a deixar a miséria em que vivia para se associar a um projecto económico de sucesso, especialmente pensado para os descendentes.

Entre os argumentos do emigrante estão o isolamento, as carências amorosas e a falta de amparo nos momentos de doença,<sup>71</sup> além do auxílio nas lides domésticas, do

---

<sup>67</sup> “Vou dizer-te que por estes três anos eu não poderei ir ver-lhes (sic), porque as minhas ocupações são muitas Tenho quatro carros de aluguer com cavalladas (sic), cinco embarcações de fretes, é dizer que se ocupa de carregar de mercadorias para o comércio e agora estou por comprar um vapor que me custará oito contos, para bem de facilitar a navegação”. Processo do Passaporte n. 712, emitido em 31 de Outubro de 1896.

<sup>68</sup> “Só cá estou há três anos e tenho de estar mais outros três anos que é que hei-de fazer.” Carta do Processo do Passaporte nº 93, datado de 3 de Março de 1892.

<sup>69</sup> A duração deste afastamento vem indicada como “ir por três ou quatro anos”, mas a verdade é que muitos não duplicaram o tempo, como ainda se fixaram definitivamente, transformando-se em emigrantes invisíveis na actualidade.

<sup>70</sup> “Minha esposa, peço-te o favor que venhas para a minha companhia, que eu em três ou quatro não posso ir a essa terra e é a razão e em te mandar vir para a minha companhia e que venhas sem falta.” Processo do Passaporte nº 297, datado de 7 de Abril de 1893.

<sup>71</sup> Firmino Cândido Antunes, ao solicitar apoio a Francisco Bento Portela, para ajudar a esposa a obter passaporte, frisa este estado de solidão porque “aqui me vejo só, sem ter quem me trate quando esteja doente” Carta do Processo do Passaporte n. 654, emitido em 25 de Dezembro de 1897

asseio da casa,<sup>72</sup> com destaque para a área da cozinha, que continua a ser tarefa do sexo feminino, porque o homem precisa de uma senhora em casa, respondiam alguns. Também o almejo transmitido pelo marido aparece misturado com a sedução pela “terra muito bonita”<sup>73</sup> que é o Brasil, acrescida da particularidade de haver boas áreas de solo para cultivo à disposição de todos, com “grande sachar” e, ainda, espaço para “belos jardins”,<sup>74</sup> ingredientes e estratégias discursivas que encantavam qualquer minhota. A produção de café, na década de noventa, era animadora para o trabalho de lares completos (SILVA; WESTPHALEN, 1991), o que levou alguns casais a reunir todo o agregado, porque “hoje dá mais ganho e em três ou quatro anos não posso lá ir [...] que aqui se ganha bom dinheiro principalmente vindo famílias inteiras”.<sup>75</sup>

O novo modo de vida oferecido à família emerge dum cenário idílico e próximo do paradisíaco, “pois a minha vida aqui leva-se melhor do que aí”.<sup>76</sup> Assim, toda a gente da casa devia beneficiar-se desta oportunidade e submeter-se à vontade do varão, porque “quero que tu venhas para cá”.<sup>77</sup>

A rogação, apresentada com o espectro da subjugação, como se expressa no “pedir-te encarecidamente [...] que viesses para a minha companhia porque me fazes muita falta e [porque] eu desejava ver-te para sempre à minha beira e por isso peço-te que venhas o mais breve possível”,<sup>78</sup> mostra o estado de angústia de quem sentia a amargura e o sofrimento provocado pelo desterro e, acima de tudo, de quem estava afastado de tudo o que a família tem de bom, especialmente dos filhos.<sup>79</sup>

A saudade, identificada como doença profundamente sentida, também é usada para convencer a mulher a fazer as malas, quando esta escreve e transmite sinais de tristeza e depressão. O marido exhibe os mesmos sintomas patológicos, dizendo que não há quem receite para tais maleitas, por isso, o médico “não me deu remédio nenhum e a

---

<sup>72</sup> “Maria, querida esposa, peço-te [por]que preciso que você venha aqui para o Brasil para a minha companhia, porque preciso aqui muito de você. Eu esto trabalhando na lavoura. Preciso muito de quem me dê asseio em casa porque faltando uma mulher em casa falta tudo. Nem, por desgraça, tenho quem me cozinhe, nem quem me trate do que mais é preciso.” Processo do Passaporte n. 54, concedido 1 de Dezembro 1895.

<sup>73</sup> Processo do Passaporte n° 560, datado de 27 de Abril de 1891.

<sup>74</sup> Processo do Passaporte n° 560, datado de 27 de Abril de 1891

<sup>75</sup> Documento do Processo do Passaporte n° 310 emitido em 7 de Abril de 1893.

<sup>76</sup> Processo do Passaporte n° 325, datado de 2 de Março de 1891.

<sup>77</sup> Processo do Passaporte n° 325, datado de 2 de Março de 1891.

<sup>78</sup> Processo do Passaporte n° 721 datado de 20 de Outubro de 1888

<sup>79</sup> “Lembranças de amor para nossa filha.” Processo do Passaporte n. 500, emitido em 20 de Setembro de 1898.

tua doença há-de ser saudades de mim”. Os problemas decorrentes dessas doenças resumem-se à nostalgia do ambiente nuclear.<sup>80</sup> Só a ida da esposa para junto do homem seria capaz de gerar novo lenitivo ao casal afectado por tão profunda melancolia, pois os sentimentos de ambos os sexos eram comuns e partilhados através da correspondência. Os dois actores só tinham a ganhar com a reunificação do lar. Mesmo assim, a esposa nem sempre reagia de imediato à estratégia do esposo, se considerarmos que, nesse caso, ela requereu passaporte passados cerca de dois anos após a recepção da epístola usada para aquisição dos documentos de viagem.

As cartas mais emotivas vêm carregadas de um sentimento profundo, visível em descrições repletas de sofrimento, acompanhadas do choro provocado pela mágoa de quem estava longe e sentia necessidade do lar unido em torno do cabeça de casal, para uma vida com problemas minimizados,<sup>81</sup> especialmente na área da saúde.

A consciência de que a opção pela via da diáspora, para resolver problemas económicos e financeiros, provocava uma separação insustentável e infernal, ficou patenteada numa das missivas de Joaquim António Pinto,<sup>82</sup> ao chamar a jovem esposa para sua companhia. Esse apelo foi prontamente atendido, tendo ela preparado a documentação de viagem com celeridade e emigrado para junto do cônjuge.

Outras formas para provocar a saída de casa do sexo feminino, sem um autoritarismo evidente, ocorrem através de uma constante alusão às boas condições de vida no Brasil ou a uma repetida e insistente lembrança para “saber se tu tens vontade de vir para minha companhia”. Outros frisam que não voltam a pedir esta aproximação, porque se tratava da derradeira oportunidade para esas senhoras.<sup>83</sup> Esses gestos, em jeito de ruptura matrimonial, devido à situação criada pela teimosia da esposa, que não cedia às pressões do marido, aparecem descritos em vários documentos. A insistência é sublinhada mais de uma vez para saber se a esposa desejava ou não associar-se ao projecto de vida afastado da terra natal, porque “eu já [...] mandei para aí duas ou três cartas e não tive resposta e agora escrevo-te esta para vires cá para o Brasil, para a

---

<sup>80</sup> Documento do Processo do Passaporte n. 192 emitido em 30 de Maio de 1894.

<sup>81</sup> “Lanço mão à pena cheio de lágrimas nos meus olhos para saber da tua saúde, juntamente na companhia do nosso menino.” Processo do Passaporte n. 717, emitido em 8 de Julho de 1895.

<sup>82</sup> “Para vivermos separados um do outro não tem jeito”, porque eram duas crianças, no dizer do marido. Ela tinha 18 e ele 23 anos. Cf. Processo do Passaporte n. 414, emitido em 19 de Setembro de 1892.

<sup>83</sup> “É ocasião de tu vires, se tu agora não vieres nunca mais cá vens” Processo do Passaporte n. 507, emitido em 25 de Setembro de 1897.

minha companhia [...] sem falta nenhuma”.<sup>84</sup> Tratava-se de uma imposição à qual as mulheres dificilmente podiam obstar, onde as consequências matrimoniais estão patenteadas e só lesariam a mulher, se insistisse em manter-se na aldeia.

Tais comportamentos – por um lado, a mulher que se sente presa aos ascendentes e aos bens da terra onde viu a luz do dia; por outro lado, o marido que prevê, como consequência, uma vida de “divórcio” forçado pelas circunstâncias do afastamento de casa – são uma ameaça séria e conduziriam a uma separação definitiva. A consorte corria o risco de ver destruída a ponte de contacto escrito com o cônjuge, de perder o rasto do marido, separando-se definitivamente, por iniciativa dele.<sup>85</sup> As responsabilidades morais e as consequências que advinham da teimosia feminina eram atribuídas à esposa,<sup>86</sup> porque ela continuava a anunciar o embarque para o Brasil, mas não cumpria, sentindo-se o marido, desta forma, um homem enganado.<sup>87</sup>

Também as questões de ordem economico-financeiras emergem desses cenários, quando é importante valorizar o trabalho doméstico, especialmente as capacidades laborais da mulher remunerada e, no caso de se tratar de ser um emigrante casado, o elemento feminino era muito útil, substituindo a mão-de-obra de outras damas que ganhavam um bom ordenado, pois auferiam diariamente 1000 réis.<sup>88</sup> Não havia melhor argumento para convencer a consorte a emigrar. A esposa vaticina os efeitos da

---

<sup>84</sup> De novo estamos perante uma saída que medeia mais de seis meses entre a escrita da missiva e a obtenção do passaporte. Cf. Processo do Passaporte n. 504, emitido em 23 de Setembro de 1897. Além deste caso, outras situações idênticas aparecem descritas, como “Isabel, eu há dois meses que te escrevi uma carta para tu vires para a minha companhia a mais os nossos filhos. Passados poucos dias depois eu escrevi outra, porém nem de uma nem de outra tive resposta. Desejava saber o que é isto. Eu todos os dias estou esperando por ti e pelos meus filhos, pois se ainda não saíste daí, logo que esta recebas sai já, sem mais demora para a minha companhia” Documento do Processo do Passaporte n. 295 emitido em, 11 de Julho de 1892.

<sup>85</sup> “Se não vieres, nunca mais que tu vês carta minha, nem tão pouco a mira.” Processo do Passaporte n. 374, emitido em 13 de Julho de 1897.

<sup>86</sup> “Se eu um dia fizer o que aqui te digo culpada és tu.” Processo do Passaporte n. 374, emitido em 13 de Julho de 1897.

<sup>87</sup> As palavras são claras e reforçadas com a expressão: “quando não, não me enganes” Processo do Passaporte n. 374, emitido em 13 de Julho de 1897. Esta carta tem a particularidade de possuir dois destinatários, o sogro de José Joaquim Fiúza, que parece contribuir para as atitudes da filha, Rosa Carreira, que teimava em adiar a partida, embora várias vezes tivesse escrito a dizer que ia embarcar « Meu sogro, eu estou prevenido para qualquer hora que ela venha que eu ainda não sei em que vapor ela vem e já houve cartas dizendo que ela vem”. Processo do Passaporte n. 374, emitido em 13 de Julho de 1897.

<sup>88</sup> Este valor é muito aliciante, se considerarmos que no ano de 1899, no concelho de Monção, onde um mestre de barbeiro ou o de funileiro auferiam, diariamente, 100 réis, quantitativo que tinha decaído bastante, em relação ao que recebiam na década de sessenta. Cf. A.G.C., Pasta 473, doc. 20 “Nota do preço medio dos salarios dos operarios das diferentes artes e officios [...] 1 de Fevereiro de 1899.” A.G.C., pasta 193, maço 29. Doc. s.n. “Mappa do preço médio dos salarios dos operarios no anno economico de 1861 a 1862”.



liberdade, ao usufruir de um vencimento muito elevado, substituindo os serviços de outras trabalhadoras às quais o marido tinha de pagar.<sup>89</sup> As tarefas domésticas e outros afazeres assalariados eram uma via para a emancipação feminina. Com a chegada da família, certas funções passavam a ser assumidas pelos elementos mais próximos e, especialmente, pelos membros do respectivo lar. Perante tais argumentos, era convencida a companheira a associar-se a um projecto onde todo o núcleo doméstico muito tinha a lucrar, porque o ónus da gestão da casa e a importância do sexo feminino neste contexto passaram a ser reconhecidos e valorizados pelos emigrantes, que tinham de cozinhar, lavar a roupa, coser as meias ou pagar a quem os fizesse, como alguns testemunham e confirmam.

Esse quadro é reforçado com o espectro dos conflitos entre parentes, vividos pela esposa, a quem a sogra e a mãe maltratavam fisicamente, por questões de “dinheiro”.<sup>90</sup> O marido aproveita tais acontecimentos e os apresenta como argumentos incontornáveis, válidos e muito contundentes, para que a jovem abandonasse a paróquia onde vivia, emigrando com o resto do núcleo familiar.

Ela, por vezes, desejava mais o retorno do homem do que tomar o vapor para sair da terra, divulgando entre colegas e vizinhas que estava a preparar-se para receber o homem. Esse comportamento evidencia um indicador de ascensão social, pois tinha de regresso à aldeia o seu “brasileiro” com bastantes posses para ostentar uma vida melhor, à sombra dos proventos auferidos na terra de destino. Mas o emigrante é mais pragmático, e adia a viagem de retorno, ao prolongar o projecto de fixação no Brasil por mais dez anos.<sup>91</sup> Perante esse cenário, a “cara metade” prepara a viagem, porque o esposo já se encontrava estabelecido, era proprietário de uma oficina, tinha adquirido aposentos próprios e criara condições de acolhimento da sua senhora e de sua família. Noutros casos, porque eles estavam impedidos de interromper o mester durante vários

---

<sup>89</sup> “Eu preciso muito de ti, que estou pagando a duas mulheres 1000 [réis] cada dia e se tu o possas ganhar precisas vir antes de eu mandar o dinheiro.” Processo do Passaporte n. 429 datado de 27 de Agosto de 1890.

<sup>90</sup> “Aqui aceitei homens que vira e já estão no meu serviço e me contassem que a tua e minha mãe te tinha[m] dado muitas pancadas por causa do dinheiro”. Processo do Passaporte n. 429 datado de 27 de Agosto de 1890.

<sup>91</sup> “Enquanto tu dizeres-me que a tua prima que se está preparando para vir e tu dizes-me que te estás preparando para a minha chegada, podes esperar mais de dez anos ou mais.” Carta do Processo do Passaporte n.154, emitido em 20 de Março de 1897.

anos, devido aos compromissos profissionais com que arcavam,<sup>92</sup> elas compravam o bilhete do vapor e partiam, deixando suas memórias escritas nos arquivos oficiais.

A existência de condições de vida ímpares, a perspectiva de um trabalho por conta própria, de uma actividade capaz de albergar o núcleo doméstico e de ter amigas, parentes, compadres e até os filhos naquela terra, poucas alternativas deixavam ao género feminino que tinha ficado a gerir o património e as remessas vindas da outra margem. Ou ficar sozinha na aldeia, privada do conforto de uma vida melhor junto do marido, agora proprietário, ou não perder tempo, fazendo as malas logo que recebesse a tão desejada carta.<sup>93</sup> Assim, elas juntavam-se a outros familiares e atravessavam o Atlântico, tendo, muitas delas, optado pela fixação definitiva em terras de Vera Cruz.<sup>94</sup> É este modelo de emigração feminina que mais raízes criou no Brasil, cuja imagem se opõe à do homem que alimentava a ideia de retorno<sup>95</sup> e investia nas exóticas e coloridas arquitecturas brasileiras existentes por todo o Norte de Portugal e a carecer de estudos sistematizados.

### **Preocupações com a viagem da família**

A experiência vivida pelo emigrante, destacando os acontecimentos desagradáveis, o desconforto, as privações ou momentos mais traumáticos, sentidos por alguns homens na travessia do Atlântico, aparecem sublinhados indirectamente no conjunto de recomendações dadas à consorte, que vai iniciar a viagem com a prole. O percurso é idêntico ao que o marido fez. Assim, ele transmite as próprias vivências e sugere soluções para os problemas e as dificuldades que elas poderão encontrar no decorrer de todo o processo, desde o início da travessia até o desembarque no Brasil.

---

<sup>92</sup> “Vou dizer-te que por estes três anos eu não poderei ir ver-lhes (sic), porque as minhas ocupações são muitas.” Processo do Passaporte n.712, emitido em 31 de Outubro de 1896

<sup>93</sup> A alternativa apresentada pelo marido, ou a mulher deixava a terra natal e juntava-se ao homem, ou este alugava os cómodos. Esta estratégia, sem pressão directa, resultou bem, como o provam as datas entre a escrita da epístola e a emissão do passaporte, respectivamente de 24 de Fevereiro e 20 de Março. Temos uma decisão tomada num muito curto espaço de tempo, se considerarmos que medeiam vinte e quatro dias entre os dois momentos.

<sup>94</sup> “Saberás que já estou estabelecido com uma oficina e casa para tua chegada, mas como tu não queres vir eu não te obrigo já. Mais, aqui estás [na] tua casa, ninguém te vota fora.” Esta fase, a da passagem de empregado a proprietário, da mesma forma como acontecia com o caixeiro e o comerciante, parece ser de difícil alcance, como se infere da forma usada para denotar veracidade nas palavras de João Fernandes Ribeiro, que confirma através do cartão de impresso “Estou com um sócio que é de Santa Marta, chamado Neves. Para mais verdade mando-te o meu cartão.” Processo do Passaporte n. 154, emitido em 20 de Março de 1897.

<sup>95</sup> “Para eu a ir fazer, a tal dita lata[da], planta as videiras porque vão medrando.” Processo do Passaporte n. 282, emitido em 9 de Março de 1895

Depois de ter sido assinalada a determinação masculina para usufruir da companhia da esposa na terra onde ganhava a vida, o cônjuge transmite instruções, com alguma precisão e clareza, relativamente aos procedimentos a serem seguidos pela mulher. Informa sobre os passos a dar até a obtenção do passaporte, contactos a fazer, apoios a obter, preparativos da viagem, de deslocamentos até Lisboa, movimentação na capital antes de entrar no vapor e a forma como devia comportar-se no alto mar, fazendo jus à qualidade de senhora respeitável, casada e fiel ao marido. As normas de conduta e de etiqueta, o bom comportamento e as regras de sociabilidade eram transmitidas pela correspondência.

A preocupação com a travessia do Atlântico vem sublinhada com frequência. A consorte devia empenhar-se para obter apoio de alguém que, no alto mar, proporcionasse-lhe bom arrimo, uma pessoa em quem pudesse depositar confiança, dando preferência a gente conhecida e que reembarcasse para o Brasil na mesma ocasião, emigrantes com experiência. Outra opção consistia em organizar a viagem juntamente com famílias que seguiam o mesmo destino, de forma a usufruírem de protecção e de apoio mútuo durante o percurso entre as duas margens. É nesse contexto que emergem as mais variadas recomendações para a descoberta de grupos a quem a mulher podia juntar-se<sup>96</sup> ou a indicação de alguém conhecido que fizesse nova travessia e de quem os maridos tinham, em boa nota, os comportamentos morais, sociais e cívicos. O acompanhante devia ser uma pessoa honesta e respeitadora, e ter um perfil de bom rapaz.<sup>97</sup>

O marido ansiava que a sua senhora viesse bem escoltada e bem vigiada, que não se apresentasse no vapor sem protecção, qual ovelha sem guarda,<sup>98</sup> que lhe fosse fiel durante as três semanas de travessia no meio de muitos elementos do sexo masculino. Se houvesse um casal a quem se juntasse, maior era o sentimento de sossego, de tranquilidade e de confiança para o emigrante, que desejava reacender a chama do ambiente doméstico.

---

<sup>96</sup> “Se tu quiseres, a primeira família que vier para aqui, que seja de confiança e que venham mulheres, que tu podes vir com ela.” Processo do Passaporte n. 149, concedido em 2 de Dezembro 1895.

<sup>97</sup> “Anda com o Pacífico, se vez (sic) que ele é boa companhia, mas eu crei[o] que sim e se a minha família te diz que ele é bom rapaz então anda e vem já.” Processo do Passaporte n. 338, concedido em 6 de Junho de 1900.

<sup>98</sup> “Não venhas como a ovelha sem pastor. Fala com o filho do Meco das Porreiras, que eu já lhe escrevi, pedindo-lhe para tu vires na companhia dele e da senhora dele, porque ele parece que deve vir logo e eu faço gosto que tu venhas com ele.” carta do Processo do Passaporte n. 715, emitido em 31 de Outubro de 1896.

Quando não havia redes de solidariedade transatlânticas ou não existiam paroquianos conhecidos, homens ou mulheres com relações de vizinhança ou mesmo da aldeia, reforça-se o imaginário de que a navegação não devia provocar qualquer tipo de receio à consorte, pois haveria outras famílias a bordo,<sup>99</sup> com as quais se podia construir elos de bom entendimento, de cooperação recíproca e de sociabilidade. Era importante que a esposa viesse com orientação,<sup>100</sup> que evitasse os inconvenientes, os perigos de promiscuidade e outros males que podiam ocorrer a travessia. Pretendia-se evitar todo o tipo de situações e quadros prossivelmente propiciados da infidelidade feminina.<sup>101</sup> Tais cuidados e procedimentos inserem-se num universo de preconceitos que os maridos evidenciam e revelam traços de uma cultura segundo a qual as damas deviam ser protegidas de desvios normativos da área conjugal. A preocupação dos emigrantes casados consistia em acautelar os direitos maritais.

Também é perceptível o desassossego provocado pela imagem de incapacidade do gênero feminino de deslocar-se para o estrangeiro quando as consortes estavam desprovidas de aptidões de comunicação escrita, por serem quase sempre analfabetas. Os membros da própria família aparecem como elementos preferenciais, pessoas instruídas,<sup>102</sup> detentoras de mais idoneidade para a orientação desses núcleos durante o trajeto. Nessas condições e no imaginário masculino, faz-se notar uma preocupação quase doentia para que a esposa viesse acompanhada por gente de confiança, mesmo que a comitiva de apoio fosse de uma outra nacionalidade, como é o caso de galegos regressados do Brasil, que reembarcavam com passaporte emitido em Viana do Castelo. O colega de trabalho era dado como exemplo ideal, porque conhecia a terra para onde se dirige de novo, mesmo que fosse natural da Galiza.<sup>103</sup>

---

<sup>99</sup> “Se embarcares não tenhas receio porque vem muita família” Processo do Passaporte n. 638 datado de 15 de Setembro de 1899.

<sup>100</sup> Carta do Processo do Passaporte n. 715, emitido em 31 de Outubro de 1896, datada de 2 de Fevereiro de 1896.

<sup>101</sup> Ver Documento 106, carta de Manuel do Nascimento à esposa, Maria de Jesus Alves, *Processo do Passaporte* n° 516 emitido em 22 de Maio de 1893, onde se adverte: “No vapor porta-te bem, sempre séria com toda a gente. Quando eu vim, vim com a cabeça perdida com umas mulheres [...]” Outro exemplo pode ser visto no Documento 197, Pública forma de carta enviada por José Joaquim Salgado à esposa, Maria Rita Rocha Salgado, *Processo do Passaporte* n. 259, emitido em 14 de Outubro de 1864, cuja recomendação aparece na nota seguinte: “N.B. no navio em que vieres porta-te com o maior respeito possível.”

<sup>102</sup> “Se o cunhado José vier então ainda é melhor, porque sabe ler para perguntar para onde hás-de ir e para não onde não, (sic) porque sempre é cunhado e amigo.” carta do *Processo do Passaporte* n. 143, datado de 12 de Março de 1898.

<sup>103</sup> “Para vireis direitos a onde eu estou devias de ir a mais o meu pai à Galiza, falar com um homem que esteve aqui e[que] torna a vir para aqui com sua família. Esse homem mora na Guarda Calle de Salana, n.

Se esses homens faziam recomendações específicas para que as esposas concebessem o imaginário da navegação em comitiva com elementos de outros lares, especialmente pessoas conhecidas e ligadas por laços de parentesco, ou em redes de vizinhança, também não deixavam de parte a ideia de invocarem a cooperação de colegas que labutavam juntos, em quem depositavam confiança bastante, para motivar e encorajar a consorte para a decisão do embarque organizado.<sup>104</sup>

Essa inquietação extrema para que a mulher fizesse a viagem bem tutelada levou Bernardino José Leite a transmitir à consorte que custearia todas as despesas de um parente que a acompanhasse até ao Brasil, sem por isso lhe cobrar o que quer que fosse.<sup>105</sup> Além do respeito à esposa e da garantia de fidelidade a bordo do vapor, obtinha-se protecção para a família no decurso da travessia. Também era um meio de controlo a que submetiam o género feminino que, durante três semanas, deixava de estar sob a vigilância da família e dos vizinhos ou do pároco, que tudo controlava.

Outra alternativa de bom arrimo consistia em encontrar gente que apadrinhasse os jovens, especialmente do sexo feminino,<sup>106</sup> quando seguiam para junto dos progenitores.

Os capitães de embarcações raramente vinham referenciados nesses documentos. Mas descobrimos alusões ao nome do responsável pela Barca Bedemar, a cujo capitão foi entregue uma carta e a quantia de vinte libras esterlinas como suplemento dos rendimentos que a esposa haveria de obter através da venda da casa<sup>107</sup> e de outros bens. Os marinheiros indicados eram as pessoas que mais podiam colaborar com os maridos receosos de algum perigo para os membros do lar, especialmente para a protecção de sua dama e de seus filhos.

---

41, Sobre la Villa. Se chama António Alvarez [por]que eu estimava muito que vós viésseis com ele, porque sabe tudo por aqui. Pedi-lhe que não venha sem vós, que peço eu isto, porque sabe tudo por aqui.” Cf. carta do Processo do Passaporte n. 143, datado de 12 de Março de 1898.

<sup>104</sup> “Vê se vem alguém com família e vem e se vens ... coragem [...]. Se não vieres, para Março vai aí outro amigo meu buscar a família.” Ver Processo do Passaporte n. 674, emitido em 24 de Outubro de 1896.

<sup>105</sup> “Manda chamar teu irmão e vê se ele te quer acompanhar e se ele não quiser vê outro aí qualquer vizinho, notando que eu pago a viagem a quem te acompanhar. Aí vai ordem para tudo isso mas que seja pessoa capaz notando que o que te acompanhar nada tem a pagar-me aqui. O meu desejo é que te trate com todo o respeito e dignidade e a nossos filhos.” Ver carta do Processo do Passaporte n. 362 datado de 25 de Outubro de 1886.

<sup>106</sup> “Vou hoje à tua presença participar-te que o senhor Pedro António Barbosa e Silva, morador na Calçada de Campolide, em Lisboa, está encarregado de arranjar uma família capaz, para me trazer as minhas filhas.” Cf. Carta do Processo do Passaporte n. 334 datado de 10 de Abril de 1876.

<sup>107</sup> Ver carta do Processo do Passaporte n. 259, emitido em 24 de Outubro de 1868.

## **Considerações finais**

O estudo dos documentos epistolares oferece-nos novas perspectivas sobre a diáspora oitocentista e faz emergir um conjunto de atitudes e gestos pouco visíveis, como o da pressão do marido ou da esposa para refazer a vida do casal em terras de Vera Cruz, na impossibilidade de o emigrante regressar com celeridade para o espaço doméstico.

Os que partiram e deixaram o lar entregue à consorte registaram as ansiedades, anotaram as dívidas contraídas com o processo migratório, apontaram os problemas financeiros, referenciaram o património e as estratégias de vida em várias cartas endereçadas à família. Por essa via, tivemos acesso a quadros de sociabilidade e de vida privada com o escrito, os quais deram a conhecer sentimentos e revelaram a evolução das mentalidades, mas, também, permitiam descobrir os novos papéis assumidos por ambos os sexos quando ficaram afastados fisicamente, a gerir patrimônios e saudades mútuas.

As pontes virtuais por onde circulavam os intercâmbios escritos de quem partiu e dos parentes, eram percorridas à velocidade das embarcações, mais demoradas nos veleiros e mais aceleradas nos vapores. O tempo necessário para se obter a resposta para alguma questão ou a solução para qualquer problema era cerca de mês e meio na segunda metade de oitocentos. Nessa fase, a correspondência chegava de uma a outra mão em menos de vinte dias. Assim, o marido, depois de dar instruções para o embarque, sabia que eram suficientes trinta dias para a esposa obter o passaporte e iniciar a travessia. Mas muitas mulheres foram resistentes ao embarque e só decidiram sulcar o oceano um ano mais tarde, após a escrita da carta que fora usada como prova de anuência de embarque.

O bom relacionamento entre o casal nem sempre era uma realidade, como o afirmam alguns maridos. Eles queixavam-se da ausência de resposta e de falta de notícias sobre a vida na aldeia, levando-os a reclamar missivas com as novidades da terra, para terem conhecimento das decisões tomadas sobre os haveres existentes na paróquia, como forma de manterem, virtualmente, uma presença nas sociabilidades. Se havia casos de constante permuta de epístolas, outros deixavam perceber que o silêncio prolongado também era uma realidade amarga e muito contristada, quer no masculino que se encontrava afastado dos mais queridos, quer das companheiras, que tinham

ficado na terra a cuidar dos filhos e de todos os haveres, gerindo todo o quadro da domesticidade sem a presença física do marido e sem as remessas que muito desejavam.

O gênero feminino emerge deste corpo documental em vários contextos domésticos e mesmo sócio-laborais. A lavoura era a principal ocupação dessas heroínas. Há referências à fiação, aos labores e aos carretos de lenha. Tudo proporcionava um complemento remuneratório. Mas a mulher assumia a difícil tarefa de tratar do patrimônio e arcar com o ônus da educação da prole, muitas vezes sem conseguir gerir os problemas da puberdade dos filhos devido à ausência de autoridade masculina.

Se cabia ao sexo feminino a decisão final de sair ou não, adiar a viagem ou partir com celeridade, muitas mulheres tomam a iniciativa da fuga para os braços dos maridos e servem-se de um simples bilhete para provarem a ausência do homem. Outras resistem anos às saudades, sendo recompensadas com a assunção dos papéis de chefia da casa e de consciência das suas capacidades para a gestão plena do patrimônio imóvel e financeiro. Assim, as motivações para a reunificação da família ora cabem ao marido, ora pertencem à esposa. Alguns emigrantes acenam com ultimatos de separação física e mentalmente definitiva, ameaçados com a destruição das pontes de contacto, para convencerem as consortes a vender a casa e os restantes bens, dirigindo-se em seguida para a companhia deles. Geralmente, as resistências do gênero estão ligadas a sentimentos de afecto com o patrimônio imaterial, cultural e imóvel, que se contrapõem aos interesses do casal. Muitas vezes, os afectos para com parentes mais próximos, como os ascendentes, eram a causa das indefinições entre o partir para longe ou ficar perto dos pais idosos.

Quando as companheiras suspeitam de infidelidade dos parceiros fazem tudo para evitar a destruição do casamento e do lar, levando os filhos para junto dos maridos. Se a infidelidade paira no imaginário de qualquer emigrante que se vê afastado da mulher, depois de ter contraído matrimónio, e se não é difícil conjecturar sobre esses cenários, vários testemunhos dão prova de que os maridos, ao separarem-se das companheiras, tomam decisões de ruptura com o lar e reorganizam a vida marital com brasileiras, mesmo que os parentes emigrados conhecessem sua situação de adultério. Bastava que eles não dessem nota do paradeiro para se consumir uma nova união conjugal, o que levou certas senhoras a requererem passaporte e a emigrarem com o objectivo de se reencontrarem com o cônjuge, servindo-se, para o efeito, do apoio de parentes. Esses familiares, geralmente irmãos, ao escreverem, testemunham sobre uma realidade de adultério, o que permite contornar a lei, libertando as impetrantes de

exibirem as autorizações porque os maridos, agora, ao viverem com outras jovens, nunca dariam assentimento às esposas para a obtenção da licença de viagem.

São poucas as descrições de casos concretos de concubinato e de infidelidade, mas a suspeita está latente em determinadas cartas. Há provas de que nem só os homens tinham ligações extra-conjugais, donde nasciam os ilegítimos, como também as mulheres foram aceitas pelos maridos apresentando-se no Brasil com crianças procriadas durante a ausência do homem, fruto de relações extra-conjugais porque os emigrantes estiveram vários anos sem contacto com a família.

Com a diáspora das mães e dos respectivos filhos, opera-se uma nova estratégia migratória, de carácter definitivo, organizada através da fixação de lares completos. Quase sempre a viagem do elemento feminino, depois de ter hipotecado os haveres e ter pago as despesas ou vendidos os bens, provoca a mobilidade de longa duração do sexo masculino e dá origem ao abandono definitivo de famílias. A opção passa pela fixação do ambiente doméstico na terra de acolhimento, o Brasil, onde os emigrantes investiram e construíram novo património material e cultural, transformando-se no imigrante invisível, o português que difundiu a cultura lusa e foi capaz de uma plena integração na terra de destino.

Os impressionismos da emigração do século XIX, que ainda são chavões estereotipados, começam a ruir com recurso a estudos baseados nos registos de passaportes e nas fontes processuais. As cartas foram as verdadeiras pontes de sociabilidade e de aproximação das famílias oitocentistas separadas pelo Atlântico.

### **Abstract**

The letters written by the emigrants represent a documental universe of an enormous restrict access, besides being documents of a private forum, there aren't any available bequests for analyse, nor any investigation about this problematic which connects Brazil to Portugal. So, the Portuguese emigration study, during century XIX, through the use of correspondence sent from the disembarking country, turns out to be a very difficult task to achieve. The letters we were able to inventoried are communicative resources used as documental proof about family member mobility. As a sole document, it allows us to portrait the images of private as well as of domestic environment. But, when analysed as a documental body, we able to acquire a global vision about emigration and its main participants, of those who left as well as of the ones who remained in their villages.

**Key Works:** Correspondence, Emigration, Family, Portugal, Brazil.



**Fontes Manuscritas referenciadas, existentes no arquivo do governo civil de Viana do castelo (AVC)**

*Carta do Processo do Passaporte nº 19, emitido em 13 de Janeiro de 1897.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 37, emitido em 28 de Janeiro de 1897.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 54, concedido a 1 de Dezembro 1895.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 59, emitido em 25 de Dezembro 1894.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 74 emitido em 12 de Março de 1894.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 87, emitido em 21 de Fevereiro de 1900.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 93, datado de 3 de Março de 1892.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 93, emitido em 19 de Julho de 1865.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 143, datado de 12 de Março de 1898.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 144, datado de 20 de Fevereiro de 1884.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 149, concedido a 2 de Dezembro 1895.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 154, emitido em 20 de Março de 1897.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 169, datado de 4 de Maio de 1885.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 169, datado de 4 de Maio de 1885.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 174, concedido a 10 de Fevereiro de 1899.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 192, emitido em 30 de Maio de 1894*

*Carta do Processo do Passaporte nº 223, emitido em, 2 de Junho de 1892.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 259, emitido em 24 de Outubro de 1868.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 282, emitido em 9 de Março de 1895*

*Carta do Processo do Passaporte nº 295, emitido em, 11 de Julho de 1892.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 297, datado de 4 de Julho de 1893.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 301, emitido em 13 de Março 1895.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 310, emitido em 7 de Abril de 1893.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 325, datado de 2 de Março de 1891.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 334, datado de 10 de Abril de 1876.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 338, concedido a 6 de Junho de 1900.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 362, datado de 25 de Outubro de 1886.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 374, emitido em 13 de Julho de 1897.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 386, emitido em 3 de Abril de 1895.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 414, emitido em 19 de Setembro de 1892.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 429, datado de 27 de Agosto de 1890*

*Carta do Processo do Passaporte nº 500, emitido em 20 de Setembro de 1898.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 504, emitido em 23 de Setembro de 1897*

*Carta do Processo do Passaporte nº 507, emitido em 25 de Setembro de 1897*

*Carta do Processo do Passaporte nº 516, emitido em 22 de Maio de 1893.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 533, datado de 3 de Outubro de 1890*

*Carta do Processo do Passaporte nº 560, datado de 27 de Abril de 1891*

*Carta do Processo do Passaporte nº 638, emitido em 27 de Dezembro de 1892.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 654, emitido em 25 de Dezembro de 1897*

*Carta do Processo do Passaporte nº 670, datado de 10 de Novembro de 1890.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 674, emitido em 24 de Outubro de 1896*

*Carta do Processo do Passaporte nº 712, emitido em 31 de Outubro de 1896*

*Carta do Processo do Passaporte nº 715, datado de 31 de Outubro de 1896,*

*Carta do Processo do Passaporte nº 717, emitido em 8 de Julho de 1895.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 721, datado de 20 de Outubro de 1888*

*Carta do Processo do Passaporte nº 729, emitido em 16 de Julho de 1895.*

*Carta do Processo do Passaporte nº 747, emitido em 7 de Dezembro de 1894.*

*Mappa do preço médio dos salarios dos operarios no anno economico de 1861 a 1862, Pasta 193, maço 29. Doc. s.n. (Referência existente à data da consulta)*

*Nota do preço medio dos salarios dos operarios das diferentes artes e officios [...] 1 de Fevereiro de 1899, Pasta 473, doc. 20 (Referência existente à data da consulta)*

## Referências

- ALVES, Débora Bendocchi. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro Turíngia (1852-1853). *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, p.155-184, 2003.
- BENNASSAR, Bartolomé; MARIN, Richard. *História do Brasil*. Lisboa: Teorema, 2000.
- BLAS, Verónica Sierra. Puentes de papel: apuntes sobre las escrituras de la emigración. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ano 10, n. 22, p.121-147, jul./dez., 2004.
- BOXER, C. R. *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.
- CASTELAO, Ofélia Rey. Las “mujeres solas” del Noroeste peninsular: trayectorias femeninas en un territorio de emigración 1700-1860. *Estudos Regionais*, Viana do Castelo, v. 2, 2008.
- COELHO, Eusébio Cândido C. P. Furtado. *Estatística do Districto de Vianna do Castelo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861.
- CORREIA, Torcato Augusto. As indústrias de Vilarelho. *Caminiana*, Ano 6/7, n.10/12, 1984/1985.
- COSTA, D. António da. *No Minho*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.
- D'ARMADA, Fina. As ribacorenses nas minas de estanho. *Estudos Regionais*, Viana do Castelo, v. 2, 2008.
- FONTE, Teodoro Afonso da. *No limiar da honra e da pobreza, a infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*. (Versão policopiada em tomo único). Braga: Universidade do Minho, 2004.
- GAMA, P. João Maria Pinto. *Almanak familiar para 1870*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; ROLLO, Fernanda. Os meios de circulação e distribuição. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) *Nova história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1991. v. 11.
- MARTINS, Oliveira. *Fomento rural e emigração*. Lisboa: Guimarães Editores, 1956.
- MONTEIRO, Miguel. *Fafe dos “Brasileiros” (1860-1930), Perspectiva Histórica e Patrimonial*. Fafe, Ed. autor, 1991.
- MURILLO, María Dolores Pérez. *Cartas de emigrantes escritas desde Cuba: estudio de las mentalidades y valores en el siglo XIX*. Sevilla: Aconcagua, 1999.

NERY, M.F.J. de Santa-Anna. (dir.) *Le Brésil en 1889 : avec une carte de l' empire en chromolithographie, des tableaux statistiques, des Graphiques e des Carte.* Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889.

PERROT, Nichelle. A vida da família. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada.* Porto: Afrontamento, 1990. v. 4.

RELATÓRIOS sobre o estado da Administração Publica do Governo Civil do Districto Administrativo de Vianna do Castello, Em 1856. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857.

RELATÓRIOS sobre o Estado da Administração Publica nos Districtos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes, em 1861. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864.

RODRIGUES, Henrique Fernandes. *Alto-Minho no Século XIX: contextos migratórios, Sócio-Culturais e Familiares.* Porto: FLUP, 2003. T. 3. CD-ROM.

RODRIGUES, Henrique. *Emigração e alfabetização, o Alto Minho e a Miragem do Brasil.* Viana do Castelo: Governo Civil, 1995.

RODRIGUES, Henrique. Expostos no Alto-Minho no século XIX e contextos migratórios. *Estudos Regionais*, Viana do Castelo, n. 25, 2004.

SANTOS, Ana Maria Pessoa dos. *Cartas de sobrado.* 2000. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANTOS, Eugénio dos. *A importância histórica do brasileiro na Ribeira Lima.* Ponte de Lima: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 1986.

SEIXAS, Xosé Manoel Núñez; VÁZQUEZ, Raúl Soutelo. *As cartas do destino.* Vigo: Galáxia, 2005.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal.* Lisboa: Verbo, 1986. v. 9.

SERRÃO, Joel. *Da situação da mulher portuguesa no Século XIX.* Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

SILVA, Beatriz Nizza da. *Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil, 1850-1938.* Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992.

SILVA, Beatriz Nizza da. Família e integração do imigrante português na sociedade brasileira. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL, SÉCULOS XIX E XX, 1993, Lisboa. *Emigração/Imigração em Portugal*, Lisboa: Editorial Fragmentos, 1993.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da; COVA, Anne. (org.) *Estudos sobre as mulheres.* Lisboa: Centro de Estudos das Migrações e das Relações Internacionais/Universidade Aberta, 1998.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da; WESTPHALEN, Cecília M; GRAF, Márcia. *História do Brasil, Colônia - Império – República*. Porto: Universidade Portucalense, 1991.

VASCONCELOS, J. Leite de. *Etnografia portuguesa: tentame de sistemetização*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1982. v. 4 e 10.

VIANA, Hélio. *História do Brasil*. 15. ed, São Paulo: Melhoramentos, 1994.